

Jogo de Carta

Os Bastidores do JORNAL DA REPÚBLICA

JONAS GONÇALVES

Agora, um jornal diário

O sucesso de Isto É banca o novo lance de Mino Carta: o diário A República

A República é o jornal de maior prestígio na Itália. É um diário, de tamanho pouco maior do que os nossos tablóides, de inclinação socialista, mas independente, crítico à esquerda e à direita. Foi através dele que o ex-primeiro ministro Aldo Moro fez o seu último pronunciamento importante, dias antes de ser sequestrado pelas Brigadas Vermelhas. Foi também La República que Enrico Berlinguer escolheu recentemente quando quis tornar públicas algumas mudanças de orientação do Partido Comunista Italiano. Mas, na quinta-feira, dia 16 de agosto, a agenda do presidente italiano tinha marcada uma audiência com Eugenio Scalfari, o editor de La República. O presidente estava fazendo as consultas de praxe para fazer o seu novo gabinete e quis ouvir Scalfari.

Pois é no exemplo deste pequeno jornal, que em menos de dez anos tornou-se um dos mais influentes da Europa, que se vai inspirar o próximo lançamento da imprensa brasileira, o diário A República, do jornalista Mino Carta, ex-diretor de Voz e atual editor-chefe de Isto É. Um diário próximo (16 páginas, standard), mas um jornal e imprensa de caráter

numa área mais rotulada. As vezes confundindo-se com uma postura de oposição, estão sendo preparados para o seu lugar e nesse movimento eles deixam a descoberto uma ampla faixa de leitores, alguns que mesmo insatisfeitos continuam lendo esse jornal por falta de alternativa, outros que simplesmente deixam de ler. Além disso acredito que os jornais não tem conseguido incorporar um enorme contingente de leitores novos, leitores potências que são livres porque os jornais não os atraem”.

“Não durma em casa esta semana”

Fara quem quer saber toda a história, pode-se dizer que tudo começou naquele período que vai de novembro de 1975 a janeiro de 1976, quando uma luta vinda pelo poder agitou os bastidores do regime. Estorada no Ministério da Guerra, onde estava o general Sílvio Frota e tendo como ponta de lança o general Ednardo D’Ávila Netto, comandante do II Exército, em São Paulo, a luta dava espaço a lutas de planos distensionistas de Ernesto Geisel.

Um dos alvos da sua investida foi a imprensa, começando pela prisão de vários jornalistas e culminando com a prisão de Vladimir Herzog nas dependências do DAI-Codi. Diversos da revista mais importante do país, Mino Carta era um dos alvos e estava entre os que





PROJETO EXPERIMENTAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO
4º JO D – 2005
Orientador: Professor Celso Dario Unzelte
Website: <http://jogodecarta.blogspot.com>

FOTO DA CAPA

Recorte de matéria publicada pelo *Coojournal*, edição de agosto de 1979. Na foto estão Mino Carta (em pé) e Raymundo Faoro. Em vermelho, destaque do autor.

“Se queres prever o futuro, estudas o passado”.
(Confúcio, filósofo chinês)

Dedicado a José Carlos e a Maria José (meus pais), a Lucas (meu irmão), a todos os colegas e professores do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, aos meus amigos e a Mino Carta, o inspirador deste projeto.

IN MEMORIAN

Este livro também é uma homenagem aos que participaram do *Jornal da República* e já nos deixaram:

Aloysio Biondi (1936-2000)
Antonio Carlos Guida (1950-1992)
Cláudio Abramo (1923-1987)
José Carlos Bardawil (1943-1997)
Raymundo Faoro (1925-2003)
Ricardo Bueno (1949-1999)

ÍNDICE

Apresentação.....	6
Parte 1 : Origens e referências.....	9
Parte 2 : O recomeço.....	33
Parte 3 : Fracasso iminente.....	48
Parte 4 : Hibernação eterna.....	55
Conclusão.....	61
Anexos.....	63
Perfis.....	64
Imagens.....	70

VIVENDO E APRENDENDO A JOGAR

(Música de Guilherme Arantes - Interpretada por Elis Regina)

Tema de abertura do programa de TV “Jogo de Carta” (1984-1987)

Vivendo e aprendendo a jogar
Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas aprendendo a jogar
Vivendo e aprendendo a jogar
Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas aprendendo a jogar
Água mole em pedra dura
Mais vale que dois voando
Se eu nascesse assim pra lua
Não estaria trabalhando
Vivendo e aprendendo a jogar
Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas aprendendo a jogar
Mas em casa de ferreiro
Quem com ferro se fere é bobo
Cria a fama, deita na cama
Quero ver o berreiro na hora do lobo
Vivendo e aprendendo a jogar
Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas aprendendo a jogar
Quem tem amigo cachorro
Quer sarna pra se coçar
Boca fechada não entra besouro
Macaco que muito pula quer dançar
Vivendo e aprendendo a jogar
Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas aprendendo a jogar

APRESENTAÇÃO

Um jogo que não terminou

JONAS GONÇALVES

“Mino Carta é um estrategista, uma pessoa que enxerga na frente e antes. Tem espírito e formação de estadista, sem as veleidades da função. Ele joga limpo e às claras, portanto não pode ser comparado a um jogador de pôquer ou a um enxadrista. Ao mesmo tempo, ele é um líder incontestado, que se impõe pelo carisma e pela competência. Mino Carta sabe tudo de jornalismo, especialmente o fato de que nossa profissão é um trabalho de equipe, como o cinema. No fundo ele é um ‘meteor-en-scène’ do mais alto nível, que sabe que acerta quando convoca, e não depois quando está tudo implantado (mas trabalhar com ele significa também aprender todos os dias). Suas redações enxutas contam com duas qualidades: talento e fidelidade, não só aos fatos, mas à ética, que fundamenta as relações profissionais”.

(Nei Duclós, jornalista)

Este livro-reportagem começou a surgir no dia 10 de agosto de 2004, quando tive o primeiro contato com alguns exemplares do *Jornal da República*, no arquivo da Editora Três. Até então, tinha apenas ouvido falar do jornal e feito várias pesquisas sobre a trajetória do jornalista Mino Carta. Tido como o único insucesso dele no jornalismo, o *JR* chamou-me a atenção pelo grande número de jornalistas consagrados que nele trabalharam. Cláudio Abramo, Clóvis Rossi, Ricardo Kotscho, Paulo Markun, Nirlando Beirão e Aloysio Biondi foram alguns deles.

Folheando as velhas edições amareladas, não pude deixar de constatar alguns dos motivos que o levariam ao fechamento, no dia 22 de janeiro de 1980: péssima impressão e um papel muito ruim. O produto jornalístico, assim como qualquer outro, tem na aparência um dos principais pré-requisitos para atrair a atenção dos leitores. Se não atende a essa imposição do mercado, estará condenado ao esquecimento nas bancas.

Ao conversar com alguns dos envolvidos na curta existência da publicação, constatei que a maioria sente saudade não só do jornal, mas daquela época como um todo. Fatos noticiados pelo *República* entre 1979 e 1980, como a volta dos exilados pelo regime militar, as greves, a reforma

partidária que extinguiu o bipartidarismo Arena e MDB, o início tumultuado dos governos João Baptista Figueiredo no plano nacional e Paulo Maluf no estadual, em São Paulo, são marcos históricos que rechearam as páginas do jornal entre agosto de 1979 e janeiro de 1980.

Não vivi aquele tempo. Talvez esse tenha sido o principal fator que me levou a tentar recuperar o período por meio de um livro-reportagem. Porém, se Mino Carta tem uma trajetória repleta de sucessos (*Quatro Rodas, Jornal da Tarde, Veja, IstoÉ, Senhor* e, atualmente, *CartaCapital*), por que falar da única iniciativa em sua carreira que não vingou? E por que dizer que houve um “Jogo de Carta”?

Dois razões podem explicar o nome deste livro e as intenções dele. Uma metafórica e outra biográfica (a respeito de Mino Carta). A primeira diz respeito ao tal jogo. O jornalista Nei Duclós, um dos entrevistados para este projeto, trabalhou com Mino Carta nas redações de *IstoÉ* e *Senhor*. A frase destacada no início desta apresentação resume a visão dele sobre o ex-chefe. Classificando-o como um “estrategista”, Duclós o diferencia de um jogador de pôquer, que blefa e, muitas vezes, se arrisca sem pensar. A intenção deste trabalho é mostrar que Mino, ao lançar o *Jornal da República*, agiu como um jornalista que foi, ao mesmo tempo, um estrategista por tornar realidade uma idéia de jornalismo. E também um jogador, por não medir os riscos de uma aposta ousada. Ele criou o seu próprio jogo, pois acreditou que poderia tentar manter um jornal diário sem ter uma grande empresa como alicerce. Para ajudá-lo e ter uma equipe qualificada que sustentasse o projeto, articulou uma rede de amigos, jornalistas e colaboradores de sua confiança. O *Jornal da República* representou, talvez como nenhum outro veículo, a intenção de assumir um empreendimento em nome de uma visão quase quixotesca do jornalismo. Foi um antijornal por tentar ser um diário que representaria os anseios libertários da sociedade brasileira rumo a uma “Nova República” pós-regime militar (vem daí um dos motivos do nome da publicação), sem ter a estrutura adequada. A intenção era construí-la *a posteriori*, ou seja, depois que tudo estivesse pronto, com o apoio de empresários progressistas, com uma visão de futuro. Isso não aconteceu. O jogador apostou e perdeu.

Além do aspecto metafórico, o nome *Jogo de Carta* é uma referência a um programa de televisão comandado por Mino Carta entre 1984 e 1987 que levava esse nome. Exibido às segundas-feiras às 23 horas, sua música de introdução, composta por Guilherme Arantes, dizia tudo: “Vivendo e aprendendo a jogar, vivendo e aprendendo a jogar, nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas aprendendo a jogar”. Ali Mino realizava entrevistas com personalidades do meio político, como Antônio Carlos Magalhães. Um dos primeiros a aparecer no programa, o ex-governador da Bahia (1979 a 1983) foi um dos principais apoiadores de Tancredo Neves (PMDB) na campanha das eleições indiretas para presidente realizadas em 1985, mesmo sendo do PDS, o partido do concorrente de Tancredo, Paulo Maluf, que acabou sendo derrotado. Entretanto, Tancredo não tomou posse. Na véspera de se tornar o primeiro presidente civil em 21 anos, foi internado com suspeitas de diverticulite. Após sete cirurgias e uma agonia de 39 dias que comoveu o Brasil, Tancredo faleceu em 21 de abril.

Em seu lugar, assumiu o vice na chapa, José Sarney. E foi no governo deste que Antônio Carlos Magalhães se tornaria ministro das Comunicações. Insatisfeito com a postura crítica ao governo exibida

no programa de Mino Carta, Magalhães ameaçou tirar a TV Record do ar. A emissora decidiu suspender o programa, sem aviso prévio ao seu apresentador.

Em relação às intenções deste trabalho, o principal é mostrar como se desenrolou, em termos de bastidores, a história do *Jornal da República*, que durou apenas cinco meses e é tratado na história da imprensa brasileira como um veículo que não teve muita importância pela sua curta duração. De fato, o jornal pecou em vários pontos, em especial pela precipitação: não deveria ter sido lançado sem um grande capital para suportar os primeiros tempos de existência. Em um jornal, os prejuízos se acumulam diariamente caso a vendagem em banca e o lucro com anunciantes não sejam suficientes para cobrir o custo de produção. Além disso, é necessário um competente esquema de distribuição e marketing para atrair assinantes e anúncios para os classificados.

Uma outra razão para o *República* ter tido um fim prematuro foi a tentativa de fazer um veículo para competir com os maiores jornais contando com uma estrutura da imprensa nanica. Como afirma Vera Lúcia Rodrigues no livro *Dependência ou Morte – A questão da independência na imprensa: o caso República* (Editora Germinal, 2004), o qual utiliza o *Jornal da República* como objeto de estudo, “é impossível escapar da dependência econômica e política em relação a algum grupo ou instituição. Um veículo sempre está atrelado a interesses, não só no sistema capitalista, mas em qualquer outro”.

No Projeto Experimental da Faculdade Cásper Líbero *Românticos e Otimistas – A aventura do Jornal da República*, escrito em 2000, Candice Quinelato Baptista, Fernanda Helena Costa Kanawati e Viviane Akemi Uemura analisam o *JR* sob uma perspectiva editorial. O jornal não pertencia à grande imprensa, mas também estava fora da chamada “imprensa alternativa”. Dessa forma, pode-se concluir que o *Jornal da República* tentou ocupar um espaço inexistente no jornalismo brasileiro: uma publicação dirigida a um público mais selecionado, pela excelência de seu conteúdo, sem ser sustentado por um grande grupo. Daí o fato de os jornalistas que ali trabalharam terem sido chamados de “românticos”, “otimistas” e, por que não dizer, “sonhadores” e “aventureiros”. O próprio nome do jornal tinha uma dupla conotação: sinalizava os novos tempos que surgiam para a sociedade brasileira, com a volta da democracia (época que viria a ser conhecida como “Nova República”), e simbolizava o ideal juvenil de liberdade, uma república de estudantes.

Mas o jornal não foi apenas resultado do ímpeto de um grupo de jornalistas cheios de ideais democráticos. Inicialmente, foi um empreendimento conjunto de Mino Carta e Domingo Alzugaray, que era o dono da Editora Três. Eles formaram a Encontro Editorial para publicar a revista *IstoÉ*. Sempre tiveram a intenção de criar outras publicações, mas as dificuldades financeiras os levaram a adiar os planos. Quando finalmente puderam abrir o tão sonhado jornal, perceberam que não iriam durar muito. Alzugaray saiu, Mino ficou com a metade da Encontro Editorial e dividiu os outros 50% com outros jornalistas que quisessem ajudar. Era o sistema de cooperativa que surgiria no longo prazo. Em jornais europeus, como o francês *Liberation*, foi possível sustentar esse modelo. Mas, no Brasil, era (e continua sendo) algo de difícil realização.

Neste livro, serão contadas as origens de Mino Carta e da idéia do jornal, o processo que levou à criação do *Jornal da República*, sua cobertura jornalística, seus profissionais, histórias que ainda não foram contadas, as tentativas de salvamento da publicação, o seu fim e o que aconteceu posteriormente.

Vire a página e “benvenuto al *Giornale di la Repubblica*”.

PARTE 1

Origens e referências

ARQUIVO – SENADO FEDERAL



☒

Armando Falcão, Francelino Pereira, Petrônio Portella e José Bonifácio, políticos do regime militar, em 1975: a censura, representada por Falcão, o ministro da Justiça, vetava o trabalho jornalístico crítico.

E Mino Carta era um dos principais alvos.

Em busca de uma alternativa

PENSAMENTO DO DIA

“Se eu fosse você, me dedicaria à pintura.”

(Armando Falcão, ministro da Justiça do governo Geisel, sugerindo a Mino Carta que se afastasse do jornalismo após a sua saída de *Veja*).

- Acabou.

No dia 17 de fevereiro de 1976, Mino Carta apresentou uma carta de demissão e encerrou, com apenas uma palavra, a sua conturbada passagem pela Editora Abril. Oito anos antes, ajudara a criar ali a revista semanal de maior vendagem e prestígio até hoje no País: *Veja*.

No início, a revista era apenas um sonho. Em 11 de setembro de 1968, três meses antes do Ato Institucional N° 5 ser decretado, a primeira edição daquela que pretendia ser a *Time* brasileira trazia na capa a foice e o martelo sobrepostos em fundo vermelho, o símbolo do comunismo, tão temido e combatido pelos militares brasileiros. O tom de provocação era claro, o que fez a revista sofrer uma forte censura desde o início. Sucessivas edições eram apreendidas das bancas, impedindo que a revista tivesse uma vendagem suficiente para se manter. Durante seis anos, o dono do grupo Abril, Victor Civita, devido às dificuldades enfrentadas pela empresa para sustentar a grande despesa com a revista, quis fechá-la. Roberto, o filho mais velho, apoiou a publicação até a recuperação dela, a partir de 1974, com o início da política de distensão “lenta, gradual e segura” do governo Ernesto Geisel.

A abertura seria realmente lenta. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog, conhecido como Vlado, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), em São Paulo. Mesmo que os militares não assumissem publicamente, ainda havia repressão, tortura e mortes.

Mino e outros jornalistas constataram a dura realidade. Carta foi um dos que mais sentiram a morte de Herzog. Constatou que era necessário derrubar aquele regime autoritário que se arrastava desde 1964. Apesar de nunca ter sido preso, ele foi vítima de uma perseguição sistemática por parte dos oficiais e dos civis da chamada “linha-dura” por conta do tom de crítica presente em *Veja*. Como diretor de redação, Mino era tido como um subversivo que influenciava o noticiário da revista.

O maior inimigo de Carta era o ministro da Justiça, Armando Falcão. Autor da Lei Falcão, que restringia a propaganda política à exibição da foto e do currículo dos candidatos na televisão (permaneceu em vigor de 1976 a 1985), o ministro pressionava Victor e Roberto Civita a demitirem Mino Carta. O objetivo era neutralizar os ataques desferidos por *Veja*, que eram feitos mesmo com um censor dentro da redação.

Existem duas versões para o processo que levou Mino Carta a se demitir da Abril: o próprio Mino alega que, em troca de sua demissão, o grupo Abril receberia um empréstimo de 50 milhões de dólares da Caixa Econômica Federal – pleiteado visando ao pagamento de dívidas contraídas no exterior e a uma expansão das atividades do conglomerado, que possuía de veículos jornalísticos a frigoríficos. Além disso, Falcão prometeu o fim da censura em *Veja*.

Já Roberto Civita nega a ocorrência de qualquer acordo com o ministro Falcão. Segundo ele, a saída de Mino se deveu ao rompimento de um acordo que eles haviam firmado. Em declaração para o livro *Veja sob censura (1968-1976)*, de Maria Fernanda Almeida, Civita declarou que, após uma viagem que realizou para ver a famosa feira de Frankfurt (Alemanha), Mino contrariou o que haviam combinado antes de Civita ir para a Europa ao contratar o dramaturgo Plínio Marcos como colunista de *Veja*. Antes de viajar, Civita fez um acordo para que Mino não colocasse na revista pessoas que pudessem atrair problemas para a Abril, decorrentes da postura da Censura Federal diante de opositores ao governo.

Com ou sem acordo de bastidores, Mino colocou seu cargo à disposição em janeiro de 1976, dois meses antes de voltar das férias. Entre o final de dezembro de 1975 e 19 de janeiro de 1976, Mino permaneceu na Europa como parte dos três meses de férias a que tinha direito. Os Civita queriam sua permanência, mas desejavam também que as críticas ao regime feitas pela revista fossem reduzidas. Além de um censor que vetava a maioria das matérias políticas e investigativas, ainda havia a pressão dos próprios donos da publicação. Roberto Civita alegava que Mino corria risco de vida se continuasse. O regime já não o tolerava mais. Civita sugeriu a Mino que tirasse mais um ano de férias. Não aceitando tais condições, viu-se sem saída. No dia 17 de fevereiro, pediu demissão.

Resignado, Mino Carta foi a Brasília tentar um acordo de paz com o ministro da Justiça. Armando Falcão o recebeu com frieza em seu gabinete. Olhando para Mino, não hesitou em tentar empurrá-lo de vez para fora do jornalismo:

- Se eu fosse você, me dedicaria à pintura.

Não fosse tal sugestão e Carta, que adotou a pintura como o seu principal *hobby*, realmente teria desistido da carreira que iniciara 25 anos antes, acompanhando o trabalho do pai na redação de *O Estado de S.Paulo*.

Mino, batizado Demetrio Carta ao nascer na cidade italiana de Gênova em 6 de setembro de 1934, migrou para o Brasil em 1946 com os pais, Giannino e Clara, e o irmão Luis, a convite de Ciccillo Matarazzo. Aprendeu a ser jornalista com o pai, que foi trabalhar no jornal *O Estado de S.Paulo*.

Em 1948, Giannino apresentou ao filho aquele que seria um mestre e ao mesmo tempo um amigo fraterno: Cláudio Abramo. Onze anos mais velho e esbanjando desenvoltura no exercício do jornalismo, Abramo impressionava Mino. Tanto que aprendeu com ele os três mandamentos que formariam a sua filosofia de trabalho: apego à verdade factual, espírito crítico e fiscalização do poder.

O início na carreira teve um marco: a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil. Convidado pelo jornal *Il Messaggero*, de Roma, para cobrir o campeonato mundial de futebol, Giannino Carta, que não gostava do esporte, passou a tarefa para o filho de apenas 16 anos.

Começava o jogo.

Surge o criador

Os ensinamentos de Giannino Carta e Cláudio Abramo foram fundamentais para que Mino iniciasse o próprio caminho no jornalismo. No final de 1956, foi convidado para trabalhar em um jornal de Turim, na Itália, o *La Gazzetta del Popolo*. Saiu do Brasil casado com Deise. Morou em Turim até março de 1958. Durante esse período, a paixão pela pintura o fez realizar uma exposição de seus quadros em Milão. Mas, ao contrário do que um dia viria a sugerir o ministro Armando Falcão, o jornalismo continuaria sendo o seu ofício. Em junho de 1958 mudou-se para Roma para trabalhar no *Il Messaggero*. Ao mesmo tempo, mandava textos e ilustrações para os brasileiros *Diário de Notícias* e *Mundo Ilustrado*.

O irmão Luis, que ficou no Brasil, era diretor editorial da Editora Abril, fundada em 1950 pelo italiano Victor Civita, seguidor dos passos do irmão mais velho, Cesar, criador da Editorial Abril na Argentina, em 1945. Em 1958, a Editora Abril publicava uma série de revistas infantis da Disney e *Manequim*, voltada para o público feminino. Porém, Victor Civita tinha idéias mais audaciosas. Uma delas era lançar a revista italiana *Quattro Ruote*, dedicada a automóveis, no Brasil. Conversou com Luis Carta em meados de 1959. Mino foi indicado pelo irmão para ser o diretor de redação.

Curioso, Civita viajou até Roma, ligou para Mino e o convidou para almoçar. Conversaram sobre a versão brasileira de *Quattro Ruote*.

– Não sei dirigir carros e não pretendo fazê-lo. – disse, surpreso, Mino, que até hoje não tem carteira de motorista. – Fico feliz com o convite, mas não posso aceitá-lo: eu não sei dirigir e nem diferencio um Volkswagen de um Mercedes. Ficaria ridículo.

– Isso é besteira – retrucou Civita – Vai lá e, se der tudo certo, vamos lançar em 1961 uma revista que vai se chamar *Veja*. Será uma concorrente da *Manchete*.

Mino concordou em pensar sobre o assunto. Conversou com a esposa, Daisy, que sonhava voltar para o Brasil. Mino teria uma melhor situação, ganhando um bom salário. Voltou em março de 1960. A partir dali, começaria a surgir um criador e diretor de publicações, que aprendera a fazer jornalismo no estilo europeu, especialmente no italiano. Trouxe para o Brasil a vontade de ter uma publicação própria. Visava como primeira alternativa um jornal diário. Mas preferiu deixar a idéia para um momento mais oportuno, já que precisava se dedicar à criação da nova revista de automóveis, batizada de *Quatro Rodas*.

A idéia de *Veja*, “uma revista mais para ver do que para ler”, nas palavras de Victor Civita, acabou sendo engavetada. Ela só seria retomada em 1968, mas em outras bases. Civita achou melhor seguir apenas com o plano da revista dedicada aos automóveis.

Quatro Rodas só foi lançada em agosto de 1960. Desde o primeiro número, a primogênita de Mino Carta no jornalismo fez sucesso. Ele dirigiu a revista até 1964. Outro convite, desta vez do grupo Estado, o atraiu. Em O Estado de S.Paulo, criou um caderno para os esportes, que ainda não possuíam um espaço próprio. Mas Júlio de Mesquita Filho, o proprietário, tinha uma missão muito maior para o jornalista: ele teria a responsabilidade de elaborar um novo diário, que seria vespertino e uma inovação no mercado editorial: o *Jornal da Tarde*. Porém, o conceito de vespertino não era muito apreciado por aquele que seria o diretor de redação. Ao ser entrevistado para este livro, Mino contou: “no *Jornal da Tarde*, trabalhei com muita lealdade e empenho, mas sabia que aquele não era o modelo de jornalismo diário que gostaria de fazer. Poderia ser de certos pontos de vista, como o estético e o formal. Mas creio que a força do diário está no matutino, não no vespertino”.

Ao lado de Murilo Felisberto, Mino Carta iniciou o processo de formação do *Jornal da Tarde*. Vários ensaios foram realizados até que os jornalistas se tornassem repórteres e editores capazes de atender à proposta. No dia 1º de janeiro de 1966, o jornal entrou em circulação. Com a manchete de capa “Pelé se casa no Carnaval”, foi um sucesso absoluto desde a primeira edição. Imediatamente, o diário se destacou como um veículo inovador. Utilizava grandes fotos nas primeiras páginas (chamadas de capas-pôsteres). Além de um projeto gráfico considerado vanguardista, o *JT* fazia uma cobertura mais aprofundada dos fatos do que as de outros jornais.

Mas o momento político era turbulento. O Brasil vivia os “anos de chumbo”. O *Jornal da Tarde*, assim como outros veículos, teve a sua liberdade cerceada pela Censura Federal. Em 1968, as tensões sociais explodiram em várias partes do mundo. Os confrontos entre estudantes e policiais nas ruas da capital francesa, Paris, representaram o símbolo maior dessa luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, tanto lá como cá, a repressão foi violenta. As vozes foram caladas, mas não silenciaram por completo. Ainda havia resistência.

Mino Carta foi um dos que não quiseram se render. Naquele marcante ano de 1968, voltou para a Abril e mais uma vez materializou uma idéia. Roberto Civita queria fazer *Time*, a revista semanal mais famosa e influente do mundo, no Brasil. Assim surgiu *Veja* e todos os problemas que ela acarretou. Entre 1968 e 1974, tanto Victor Civita como seu filho mais novo, Richard (que administrava a gráfica da Abril), se esforçaram ao máximo para bancar *Veja*. Após seis anos, demonstraram sinais de esgotamento. Porém, Roberto Civita sustentou a tese de que, por conta da abertura política e da diminuição da censura, *Veja* finalmente conseguiria crescer. Além disso, era preciso mudar a revista, que estava demasiadamente crítica na visão de seus donos. Para tanto, teriam de convencer Mino Carta, o diretor de redação, a aderir ao plano.

Eles não conseguiriam. As divergências entre Mino e os Civita se tornaram mais evidentes

entre meados de 1975 e o início de 1976. Após meses de tensão e discussões, o jornalista pediu demissão. Pela primeira vez, o criador e diretor de publicações ficou desempregado. Mas essa condição não duraria muito tempo.

Após o governo do general Emílio Garrastazu Medici (1969-1974), representante da linhagem dos militares, a outra facção, apelidada de Sorbonne devido à condição de intelectual de seus representantes, lançou como sucessor o general Ernesto Geisel. Ao lado dele, aquele que seria conhecido como a eminência parda do presidente: Golbery do Couto e Silva. Como ministro-chefe da Casa Civil, o general Golbery era o principal articulador do governo. E também a melhor fonte para os jornalistas que cobriam política. Não à toa, Mino Carta se aproximou do general.

A proximidade foi tanta que muitos acreditavam em privilégios concedidos a Carta. Nada confirma essa tese, já que Mino chegou a ser interrogado várias vezes pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) em São Paulo e foi sistematicamente perseguido pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. Sofreu censura em *Veja* e em outros momentos da carreira. Mas a acusação de ser um protegido de Golbery perduraria por alguns anos. Um dos fatores que contribuem para essa ligação é referente a um projeto de Mino Carta que em 1974 se encontrava em fase embrionária. A intenção dele era ter uma publicação própria, fosse uma revista semanal ou um jornal diário. Era um desejo antigo, que ele trouxe do período em que esteve trabalhando na Itália, entre 1957 e 1960. A intenção era criar um veículo de análise, com uma cobertura amplamente opinativa e nos moldes europeus. Mino começou a discutir a idéia com pessoas próximas (entre elas Golbery e o ministro da Fazenda no governo Medici, Delfim Netto). Politicamente, Golbery e Delfim tinham o interesse em apoiar uma contraposição aos grandes veículos de São Paulo: *Veja* no segmento de revistas semanais e *Estadão* e *Folha* entre os jornais diários. Os dois aprovaram o projeto de Mino Carta. Em uma das conversas, Golbery perguntou:

– Escuta, mas quanto custaria fazer um jornal desse?

Mino não tinha idéia de uma cifra exata. Arriscou:

– Não sei. Acho que uns cem milhões.

– Mas não é tanto assim – discordou o general. – Vamos precisar de jornal, pois este país vai abrir.

Desde o início do governo Geisel, iniciou-se o processo de distensão “lenta, gradual e segura”, comandado pelo próprio regime. O poder retornaria aos civis a longo prazo e a censura seria suspensa. Contudo, nenhum tipo de subsídio foi concedido a Mino Carta para que ele criasse uma publicação. Logo depois que saiu de *Veja*, sua maior fonte de recursos era formada pelos 150 mil cruzeiros provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Foi nessa situação que o amigo fraterno ressurgiu: Cláudio Abramo havia se tornado o diretor de redação da *Folha de S. Paulo*. Começara como chefe de produção em 1965. Foi secretário de redação entre 1967 e 1972, quando se tornou diretor de redação. Acabou afastado por pressões da Censura Federal e da própria redação, que não suportava o estilo intempestivo do chefe. Só voltaria em 1975, depois de sair da cadeia. Foi preso pelo Doi-Codi por subversão junto com a esposa, Radhá. Em 1976, reassumiu a direção geral e transformou um jornal inexpressivo em uma publicação respeitada, principalmente pelo debate de opiniões de várias correntes ideológicas nas páginas 2 e 3. As mudanças feitas por Abramo iniciaram o que só viria a ser nomeado em 1984: o Projeto Folha. Anteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, havia feito uma profunda reforma em *O Estado de S. Paulo*: profissionalizou a redação, coordenou grandes coberturas, melhorou a diagramação e fez o jornal dar mais ênfase para as questões nacionais. Por ter sido responsável pelas duas grandes reformulações do jornalismo diário paulistano, Cláudio Abramo foi definido por Mino Carta como “um maestro de orquestras jornalísticas”.

E foi o “maestro” que convidou Mino para ser articulista, ou mais um dos “músicos”. No fechamento de algumas edições, se reuniram para trabalhar juntos como nos tempos do Estadão. Só que Mino queria mais.

A fim de descansar e refletir, resolveu tirar férias na Itália em março de 1976. Em Roma, a capital, se tornou leitor assíduo das páginas do diário *La Repubblica*, editadas por Eugenio Scalfari, também fundador. Em 1974, com o financiamento de Carlo De Benedetti (dono da fábrica de máquinas de escrever Olivetti) e de outros grandes empresários, o *La Repubblica*, um jornal feito por socialistas democráticos, foi lançado. Rapidamente, se tornou um rival do centenário *Corriere della Sera*. Competia em vendagem e prestígio político. Mino testemunhou o nascimento da publicação pois, coincidentemente, estava em Roma no dia 14 de maio de 1974, data da primeira edição do diário.

Em entrevista para este livro, Mino Carta revelou: “estava em Roma quando o *La Repubblica* foi lançado e vi o sucesso que teve. Ele começou com um respaldo financeiro excepcional de vários empresários. As sociedades desses países europeus possuem uma complexidade que não há no Brasil. Aqui temos poucos ricos e uma multidão infindável de pobres. E tem mais: os jornais europeus são aulas de economia, pois possuem redações muito enxutas, com poucas pessoas. Não tão poucas quanto no *Jornal da República*, mas são poucas. Tive uma percepção de que o Brasil precisava passar por mudanças. Tanto que no jornal havia uma página dedicada ao sindicalismo. Esse espaço simbolizava esse desejo por mudanças. Lideranças sindicais puderam falar, como o Lula, por exemplo. Achei que naquele momento poderia surgir um proletariado como nos países europeus, capaz de exprimir um sindicalismo forte e de votar em um partido político de esquerda. Mas isso não aconteceu.”

Mino retornou ao Brasil confiante e decidido a fazer uma publicação própria, mesmo que não tivesse o apoio de uma grande empresa. Procurou ajuda. Encontrou-a no irmão Luis e em um argentino de olhos azuis, ex-ator de telenovelas e que havia se tornado um empresário do ramo editorial. Era Domingo Alzugaray.



O logotipo do *La Repubblica*; abaixo do nome, a referência ao fundador, Eugenio Scalfari.

A trindade

Luis Carta e Fabrizio Fasano eram amigos próximos desde a infância. Carta, três anos mais novo que o irmão, Mino, possuía um estilo refinado, assim como o amigo.

No início da década de 1970, Carta trabalhava como diretor editorial na Abril, enquanto Fasano era dono da rede de restaurantes que levava o seu sobrenome e da marca de uísque Old Eight, líder de vendas no País. A afinidade entre ambos era tanta que desejavam construir um empreendimento em parceria. Mas precisavam de alguém com a visão necessária para que o sonho se realizasse. Acabaram encontrando o que procuravam em um colega de Carta na Abril. O argentino naturalizado brasileiro Domingo Alzugaray uniu-se aos amigos para criar a Editora Três em fevereiro de 1972. Assim como os dois sócios, queria ter um negócio próprio.

A esposa de Alzugaray, Cátia, também foi incluída no empreendimento. Os dois chegaram ao Brasil em 1957, no Rio de Janeiro. Começaram a trabalhar na Abril na seção de fotonovelas, o mesmo que faziam na Argentina, na Editorial Abril. A partir de 1962, se estabeleceram em São Paulo. Após quinze anos dedicados a Abril, Domingo e Cátia Alzugaray começariam a desafiar o império dos Civita. O início da Editora Três foi marcado pela coleção de fascículos culinários *Menu*, lançada no dia 10 de abril de 1972.

Após sair de *Veja* e ir para a *Folha*, Mino conversou com Luis, que o chamou para ajudá-lo na Três. A editora já fazia sucesso com as revistas *Status*, dedicada ao público masculino, e *Planeta*, que abordava o esoterismo. O acerto foi feito em abril de 1976. Mino deixou a *Folha* e se despediu de Cláudio Abramo mais uma vez. No entanto, fizeram a promessa de retomar a parceria em outro momento.

A maior parte dos recursos da Editora Três era de Fabrizio Fasano. E, justamente quando Mino Carta entrou, o *restauranteur* saiu. Decidiu se dedicar apenas aos próprios negócios. Luis e Alzugaray seriam os sócios que criariam junto com Mino uma concorrência para *Veja*, uma revista inspirada inicialmente na norte-americana *Esquire*, dirigida a um público masculino sofisticado. Nasceu *IstoÉ*.

Enquanto era desenvolvida a idéia de Mino para a concepção de uma mensal de informação com ênfase na política, Luis Carta desejava ter a própria editora. Discordava de Alzugaray sobre os

rumos da Três. Enquanto Carta queria publicações de público mais restrito, como *Vogue*, Alzugaray desejava produtos de maior apelo popular para vender mais.

Os três criaram uma nova empresa, a Encontro Editorial. Ela publicaria *IstoÉ*. Cada um investiu 150 mil cruzeiros. Mino utilizou o dinheiro do FGTS, que havia guardado. Porém, Luis não quis permanecer por muito tempo. Logo passou a sua parte para o irmão e fundou a Carta Editorial. Ficou com os direitos de publicação de *Vogue*.

Sem dois de seus três fundadores, a editora perdeu a razão de seu nome. Porém, ganhou um novo rumo. Mino ficou com metade da Encontro. Tornara-se um dos donos da publicação em que trabalhava. Entretanto, fez questão de não se portar como um patrão. Continuou sendo o que sempre fora: um criador e diretor de publicações.

Só havia uma diferença: como investidor que arriscava os próprios recursos para fazer um jornalismo fora dos grandes grupos, se tornara um jogador, no sentido de estrategista. Tão compulsivo que, ironicamente, foi convidado pela TV Tupi para apresentar um programa de entrevistas chamado *Cartas na Mesa*. A ironia era dupla: além da referência à postura de jogador no exercício do jornalismo, o sobrenome de Mino inspirava o nome do programa. Entretanto, a jogatina foi rapidamente tirada do ar. Mais uma vez, Armando Falcão aparecia para tentar neutralizar Mino.

O ministro constatou que ele não se dedicaria apenas à pintura.

Quatro Rodas não demorou muito tempo para se tornar um sucesso. O *Jornal da Tarde* também não. Já *Veja* sofreu durante seis anos com o flagelo do prejuízo. No sucesso ou no fracasso, Mino sempre teve, como diretor de redação, uma grande empresa que bancasse o veículo que dirigia. Nos casos citados, a Abril em *Quatro Rodas* e *Veja*, e o grupo Estado no *Jornal da Tarde*.

A partir de outubro de 1976, com *IstoÉ*, a história seria diferente. A começar pela infra-estrutura. Em vez de enormes prédios com grandes redações, um apartamento em um prédio comercial na Avenida Paulista. Era um cubículo com ante-sala, uma mesa e um banheiro. Cinco pessoas se estabeleceram ali: além de Mino Carta, três amigos que saíram de *Veja* em solidariedade a ele: Armando Salem, Tão Gomes Pinto e Fernando Sandoval. Completando o staff de *IstoÉ*, a secretária Zezé, também ex-*Veja*.

Entre maio de 1976 e fevereiro de 1977, quando se tornou semanal, *IstoÉ* passou por dificuldades financeiras. Teve um prejuízo de 12 milhões de cruzeiros. Para pagá-lo, Domingo Alzugaray e Mino Carta conseguiram um empréstimo no Banco do Brasil de 10 milhões de cruzeiros. A revista, porém, agregou vários colaboradores de renome: Raymundo Faoro, Francisco Weffort, Bolívar Lamónier, Carlos Guilherme Mota, Celso Lafer e Paulo Sérgio Pinheiro eram alguns deles.

Em outubro de 1977, Mino Carta e Cláudio Abramo chegaram a conversar sobre a possibilidade de Abramo integrar a equipe de *IstoÉ*. A proposta ia além da participação na revista como editorialista. Já havia a crença de Mino de que, um pouco mais adiante, poderia abrir um jornal diário. Armando Salem revelou em entrevista para esta obra que, naquele momento, já se cogitava a

possibilidade de se fazer um periódico. Primeiramente, o economista Delfim Netto, que depois seria ministro da Fazenda no governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), iniciou conversações para a concepção de um jornal. Um “boneco” (nome que se dá no meio jornalístico a um esboço de uma publicação) foi montado. Contudo, o projeto não foi adiante. O mesmo ocorreu quando Roberto Gusmão, que no governo de Franco Montoro em São Paulo (1982-1986) seria secretário de Governo, também quis fazer um jornal com a equipe de *IstoÉ*. Salem conta que, em qualquer um dos casos, o jornal não necessariamente se chamaria *Jornal da República*, mas sem dúvida teria um respaldo financeiro, pois tanto Delfim quanto Gusmão tinham condições de atrair expressivos apoios por parte do empresariado brasileiro.

Em setembro de 1977, foi deflagrada uma crise envolvendo Abramo, a *Folha de S.Paulo* e os militares. Diretor de redação no jornal na época, Abramo acabou saindo da *Folha de S.Paulo* após um episódio envolvendo o general Sylvio Frota, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Hugo Abreu, e o cronista Lourenço Diaféria. Frota, representante da linha-dura entre os militares, ameaçou fechar o jornal após a publicação de uma crônica de Diaféria que ridicularizava o general Duque de Caxias, patrono do Exército. Hugo Abreu avisou o dono do jornal, Octávio Frias de Oliveira, de que a circulação da *Folha* seria suspensa por trinta dias, renováveis por quantos fossem necessários, até que o jornal demitisse Diaféria e também o diretor de redação, Cláudio Abramo, considerado o principal responsável pelo conteúdo da publicação. Sem saída, Frias substituiu Abramo por Boris Casoy na chefia de redação.

Fora do veículo para o qual se dedicou durante 12 anos (1965-1977), Abramo aceitou a proposta de Mino Carta e foi trabalhar na *IstoÉ* como editorialista.

No dia 8 de junho de 1978, a censura prévia aos veículos jornalísticos foi oficialmente suspensa. Mais solta, *IstoÉ* cresceu. E atraiu vários profissionais que fizeram a equipe aumentar em tamanho e qualidade. Dessa forma, a sala na Avenida Paulista ficou apenas na lembrança. Dali por diante, um casarão na Rua Padre João Manoel seria a sede da equipe. A revista ganhou prestígio entre universitários, intelectuais e alguns setores da classe média. A vendagem em banca e o número de assinantes aumentaram. No primeiro trimestre de 1979 o balanço apontava: finalmente, *IstoÉ* ficava no azul.

O entusiasmo de Mino fez com que a vontade de jogar voltasse com toda a força. Ele lembrou, vinte e seis anos depois, de uma reunião na redação em abril de 1979 com os colegas mais próximos, que compunham a cúpula diretiva da revista. Naquele momento, Carta anunciou entusiasmado:

– Vamos fazer o nosso jornal.

O apoio de seu séquito foi geral e irrestrito. A vontade de fazer um diário já vinha de um longo tempo. A espera finalmente havia terminado. Só faltava convencer o capitalista de mais essa empreitada.

– Vou falar com o Domingo. Ele vai topa.

As cartas foram colocadas em uma mesa da churrascaria Rodeio, dias depois.

A churrascaria Rodeio, um amplo restaurante localizado no número 1498 da Rua Haddock Lobo, no bairro Cerqueira César, em São Paulo, recebeu Mino Carta e Domingo Alzugaray para um jantar especial em uma noite de abril de 1979. Foi ali que nasceu o *Jornal da República*. Ou melhor: *A República*.

- Domingo, eu tive essa idéia há muitos anos. Já conversamos sobre isso. Acho que, com esse lucro da *IstoÉ*, poderemos montar uma boa estrutura e contratar jornalistas de primeiro time. – afirmou Mino, confiante.

- Mino, sinceramente não sei se já podemos criar um jornal diário – respondeu Alzugaray.

- Não faço idéia de qual seja o custo de produção. Entendo de revistas, mas não de jornais.

- Não muda tanta coisa, não. Só preciso fazer um orçamento.

- Tudo bem, vamos tentar. Diga-me o que você precisa para eu fazer o cálculo. Depois acertaremos tudo. Mas, quando você pretende lançar esse jornal? Aliás, ele já tem um nome?

- *A República*. Quero lançá-lo até o meio do ano, em junho ou julho.

- Gostei do nome. Acho que dará certo.

- Pode ter certeza disso.

A confiança de Mino e a adesão de Alzugaray aumentaram ainda mais quando eles se reuniram novamente. O encontro na sala de Mino na revista começou com a avaliação de Alzugaray sobre o investimento:

- Nós podemos começar o jornal com uma tiragem pequena, uns 20 mil exemplares por dia. Se conseguirmos duas páginas de publicidade por dia, mais classificados e vendagem em banca, manteremos o *República* no azul. Com o tempo, vamos aumentar a tiragem e o tamanho dele. Contrataremos vários jornalistas, fotógrafos e outros profissionais para cobrirmos todas as áreas.

Mino concordou. Contudo, Alzugaray fez uma ressalva:

- Acho que é possível fazer o jornal. Mas e a equipe? E a estrutura? Aqui nesta casa não cabe nada além da *IstoÉ*.

Mino interrompeu:

- Nós teremos de alocar a *IstoÉ* e o jornal em apenas um espaço que seja perto da gráfica na qual iremos imprimir o jornal.

Coçando a cabeça, Domingo perguntou:

- E quem irá imprimir esse jornal? A gráfica da Três não tem condições.

Sem pestanejar, Mino foi otimista:

- Tenho certeza de que iremos imprimir em uma boa gráfica. A proposta do jornal é ótima e teremos dinheiro suficiente para uma impressão de primeira qualidade.

- Então está certo – rendeu-se Alzugaray. – A bola está com você.

Definitivamente convencido, o dono da Editora Três e de metade da Encontro Editorial encarava o *República* como mais um investimento. Já Mino estava entusiasmado. Assim como o grupo

mais próximo do comando da *IstoÉ*, do qual, entre outros, fazia parte o renomado jurista Raymundo Faoro. Em maio de 1979, Mino anunciou que alguns jornalistas seriam convidados a trabalhar no jornal. Aos poucos, a equipe foi sendo formada. Fariam parte do Conselho de Direção o editoralista Tão Gomes Pinto (que ao mesmo tempo dirigiria *IstoÉ* no lugar de Mino Carta), o diretor de arte Hélio de Almeida, o diretor comercial (na prática, um relações públicas, já que Alzugaray era o administrador) Armando Salem e Raymundo Faoro, que foi nomeado diretor-presidente do *República*. Eles já formavam a alta cúpula na *IstoÉ*.

Nirlando Beirão foi escalado para editar *Cultura* no jornal. O seu lugar na revista seria ocupado por Wagner Carelli. Clóvis Rossi e Raul Bastos, que trabalharam juntos no Estadão durante muitos anos e foram para a *IstoÉ* no final de 1978, também se dedicariam integralmente ao *JR*.

O editor de fotografia da revista, Hélio Campos Mello, foi chamado por Mino Carta. Ele aceitou realizar a mesma função no jornal, mas teria que se dividir entre os dois veículos. João Bittar dividiria a carga de trabalho com Mello. A equipe inicial do *JR* formada pelos dois tinha quatro fotógrafos da agência Angular: Luz Bittar (irmão de João), Ricardo Giraldez, Wagner Avancini e Solano José. O planejamento também previa que freelancers seriam contratados e fotos de outras agências seriam utilizadas.

Para editar *Política*, foi escolhido José Carlos Bardawil, o repórter preferido de Mino desde os tempos de *Veja*. O chefe da sucursal de Brasília da *IstoÉ*, André Gustavo Stumpf, trabalharia para a revista e para o *República*. E, na editoria de *Economia*, Aloysio Biondi estaria à frente no jornal.

Alguns lugares permaneceram vagos. Mino preferiu contratar novos profissionais. Os que foram cogitados de início estavam empregados. Porém, um dia eles pararam de trabalhar.

Os jornalistas fazem a sua greve

A onda grevista que vinha desde 1978, deflagrada na região do ABC Paulista (que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) pelos metalúrgicos das indústrias automobilísticas, crescia cada vez mais. Líderes como Luiz Inácio da Silva, o Lula, apareciam em reportagens de capa de veículos considerados “alternativos” em relação à grande imprensa. *IstoÉ* ganhou muito de seu prestígio ao privilegiar (e apoiar) essas paralisações. O movimento dos trabalhadores se articulava, mas enfrentava uma duríssima repressão. As greves foram proibidas após o Ato Institucional Nº 5, decretado em 1968. Desde então, todos os protestos foram rechaçados impiedosamente. Bombas de gás lacrimogêneo, tiros, prisões e mortes eram corriqueiros. Apesar desses obstáculos, o ímpeto de várias categorias profissionais não diminuiu. De professores a faxineiros, todos faziam greve.

Em 1979, a maioria dos jornalistas de São Paulo, extenuados com o ritmo intenso de trabalho e insatisfeitos com as baixas remunerações (em média de 10 a 12 mil cruzeiros) resolveram paralisar as suas atividades. Duas assembléias foram organizadas no mês de maio. A primeira ocorreu no dia 17, na Igreja da Consolação, com presença de 1.500 profissionais. A proposta de greve elaborada pelo

Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo foi aprovada, mas não atingiu o quórum qualificado de dois terços dos votantes, conforme deliberação do Comando Geral de Mobilização. A segunda assembléia, realizada cinco dias depois no Teatro da Universidade Católica (Tuca), da Pontifícia Universidade Católica (Puc), reuniu 1.692 jornalistas. A proposta final foi aprovada por 90% dos presentes.

Os discursos, inflamados por ideais da luta socialista envolvendo o proletariado (os trabalha-

JONAS GONÇALVES

dores) e os donos dos meios de produção (os patrões), ecoaram em todas as redações. Na madrugada do dia 23 de maio, às 3h45, a Rádio Capital anunciou o início da greve geral:

- Anunciamos que os jornalistas da Rádio Capital estão entrando em greve, assim como os profissionais de outras emissoras e de outras empresas jornalísticas.

Minutos depois, a Rádio Globo emitiu um comunicado semelhante.

A redação de *IstoÉ* aguardava com ansiedade o anúncio oficial. Moacir Japiassu, comunista histórico que não achava uma boa idéia fazer a greve, resolveu aderir por respeito aos companheiros, mesmo que a revista não parasse. Ainda na noite do dia 22, enquanto a assembléia no Tuca acontecia, Mino reuniu a equipe e disse:

- Vamos aguardar a decisão. Se a greve for decretada, aderimos e pronto.

Foi o que aconteceu. A redação inteira parou. No entanto, ao lembrar aquele momento, Clóvis Rossi afirma que houve uma adesão com o consentimento de Mino Carta, o patrão. Ou seja, não houve greve na revista, mas sim um apoio ao movimento.

Clóvis Rossi: O Mino autorizou o pessoal a aderir, sob determinadas condições. O Raul Bastos e eu negociamos com o Perseu Abramo, que era do comando de greve. A lógica era a de que nós, da *IstoÉ*, estávamos satisfeitos com a revista e com o esquema de trabalho e não tínhamos, portanto, razões para causar prejuízo à empresa editora para obter melhoras salariais, como é da lógica de qualquer greve.

As reivindicações do movimento eram duas: 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações. No entanto, os sindicatos patronais (de jornais e revistas, rádio e televisão) não modificaram a proposta que apresentaram ainda em abril, que previa 16% de antecipação, a ser descontada na data base da categoria, em dezembro daquele ano.

O endurecimento do patronato causou um impasse. Os jornalistas, divididos entre um grupo de radicais e outro de moderados, representantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o “Partidão”, não se entendiam. Os radicais, também chamados de “piqueteiros” por fazerem barreiras humanas (ou “piquetes”) na frente das redações da Folha e do Estadão, queriam paralisar os veículos. Já os outros queriam negociar diretamente com os patrões. Tentando mediar as duas facções, estava o Conselho Consultivo dos Representantes de Redação (CCRR), órgão responsável pela negociação das reivindicações. O presidente do CCRR era Perseu Abramo e o vice, Augusto Nunes.

Para piorar a situação, os sindicatos dos gráficos e o que reunia os outros profissionais que trabalhavam em veículos jornalísticos não aderiram ao movimento. Dessa forma, os jornais, as revistas, as emissoras de televisão e de rádio não pararam. Mesmo entre os jornalistas, haviam aqueles que não aderiram. Os “fura-greve”, como ficaram conhecidos, entravam às escondidas pelos fundos das reda-

ções em automóveis das empresas.

Cláudio Abramo (*Folha de S.Paulo*), Mino Carta (*IstoÉ*), Milton Coelho da Graça (Editora Abril) e Roberto Muller (*Gazeta Mercantil*) tentaram fazer uma mediação entre o sindicato dos jornalistas e o dos patrões. Elaboraram uma proposta e a entregaram ao presidente do sindicato dos jornalistas, David de Moraes. Ela consistia em três princípios: estabilidade dos grevistas por um período de 90 dias, o pagamento dos dias parados e a discussão, em um prazo de 90 dias, da imunidade dos representantes de redações. Quanto à proposta salarial, o índice era menor do que o pedido pelo sindicato. David de Moraes rejeitou a proposta.

O impasse chegou ao Tribunal Regional do Trabalho. No dia 28 de maio, a greve foi julgada como “ilegal” por unanimidade. O resultado foi o golpe final em um movimento que jamais surtiu o efeito pretendido: os jornais, revistas e demais veículos jornalísticos não paralisaram suas atividades por completo. Como a greve não era nacional, empresas de outros estados ajudaram as paulistas a trabalhar. A ironia ficou por conta do noticiário da greve. Manchetes como “Os jornalistas continuam em greve” eram comuns. Cerca de 20% da categoria, do lado dos patrões, conseguiu derrotar um movimento que reuniu 80% dos profissionais. Com a decisão judicial, os donos de jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão, de forma conjunta, demitiram mais de 300 jornalistas. Outros foram mantidos, mas em condições inferiores às que possuíam antes da greve. O movimento fracassara por completo. Começou na quarta-feira, 23 de maio. Terminou exatamente uma semana depois, no dia 30.

Todos sentiram o golpe. Os demitidos ficaram sem rumo, pois a lista dos grevistas circulou entre os patrões para que eles não fossem contratados. Contudo, alguns deles, além de outros que tiveram seus empregos mantidos, teriam a oportunidade de responder àqueles que os derrotaram.

Surge “A República”

- Marcos, aqui é Raul Bastos. Estou ligando para saber se você quer entrar em um novo projeto do Mino Carta. É um jornal diário que se chamará *A República*.

- Mas é claro, Raul. Seria ótimo trabalhar com o Mino. Quando vai começar?

- Então, acho que será no mês que vem. Posso contar com você?

- Com certeza. Estou nessa. Depois da greve, vai ser ótimo trabalhar em um lugar novo. Não dava mais no Estadão. Pedi as contas.

- É verdade, a greve deu com os burros n’água. Mas a vida segue em frente.

Conversas como a que ocorreu entre Raul Bastos e Marcos Fonseca se tornaram freqüentes entre os meses de junho e julho de 1979. Por telefone ou pessoalmente, jornalistas eram chamados para trabalhar em *A República*, “o jornal do Mino Carta”. Cláudio Abramo foi um dos que acreditaram no projeto. No início de 1979, saíra de *IstoÉ* para voltar à *Folha de S.Paulo*. Mas o projeto de Mino lhe atraiu e, logo depois da greve dos jornalistas, se demitiu do jornal de Octávio Frias de Oliveira. Naquele momento, estava fazendo parte do Conselho Editorial. Em *A República*, também teria uma

cadeira na alta cúpula, no ali denominado Conselho de Direção. Escreveria editoriais alternando-se com Raymundo Faoro e Mino Carta, exatamente como este último havia planejado dois anos antes. E foi justamente a gráfica da *Folha de S.Paulo* a primeira a ser procurada por Mino Carta e Armando Salem para que o *A República* fosse impresso. No final de junho de 1979, foram recebidos por Octávio Frias de Oliveira. A idéia de imprimir um novo jornal não encontrou obstáculos. Como lembra Mino Carta, Frias ressaltou que desejava não apenas imprimi-lo, mas também distribuí-lo. Carta e Salem ficaram entusiasmados, já que o projeto teria um suporte operacional e logístico de primeira linha. Entretanto, o inesperado aconteceu: a Folha não imprimiria o *JR*. A razão dada pelos responsáveis pela gráfica era a de que, após uma reavaliação das operações, foi constatada a impossibilidade de imprimir mais um jornal, além da falta de capacidade para distribuí-lo em outras praças, como no interior de São Paulo. Os jornais do grupo Folha (como a *Folha de S.Paulo* e o *Notícias Populares*) teriam tiragem e distribuição aumentadas, o que tiraria um espaço que seria reservado ao *República*.

Mesmo com a recusa da *Folha*, a qual Mino entendeu perfeitamente por pensar que alguém teria dito a Frias não dar espaço para um concorrente, ninguém desanimou. Carta era tão respeitado no meio jornalístico que não chegaram a questionar a chance de sucesso do jornal. Como *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde*, *Veja* e *IstoÉ*, o *A República* seria uma “revolução”. Marcaria época como o jornal da abertura política.

Foi com esse clima que as reuniões plenárias começaram a ser realizadas na redação de *IstoÉ*. Reunidos em torno das mesas, os jornalistas expunham suas idéias. As discussões se estenderam além do previsto. O jornal não conseguiu ser implantado em julho, como foi planejado inicialmente. O lançamento foi adiado para o mês de agosto.

Enquanto isso, a imprensa queria saber: como seria esse novo jornal? A resposta foi dada por Mino Carta em entrevistas como a concedida para a *Gazeta Mercantil*, publicada na edição do dia 25 de julho de 1979. A matéria, intitulada “A fórmula de *IstoÉ*, num jornal diário”, se encerra com uma resposta para duas perguntas da repórter Cláudia de Souza:

- Tudo isso é viável? Há algum fator decisivo que caracterize o projeto?

Mino sequer piscou:

- O meu talento.

O mineiro Humberto Werneck trabalhava como editor-assistente em *Veja* quando a greve dos jornalistas eclodiu. Ele aderiu ao movimento e, como tantos outros, frustrou-se com o fracasso. Não foi demitido, mas não ficou à vontade. Viu muitos colegas serem mandados embora.

No dia 6 de junho, Roberto Pompeu de Toledo, editor de Internacional da revista, foi conversar com Werneck. Alto, carregando um semblante de seriedade, Pompeu exibia sinais de calvície, mas mantinha o cabelo comprido. Werneck, magro, de cabelos negros e encaracolados, bigode e óculos redondos, encarou o colega de redação com surpresa quando ele lhe revelou a novidade:

- Não sou mais o editor de Internacional. O Guzzo vai colocar a Dorrit no meu lugar. Quero te convidar para a nova editoria que irei comandar. Vai se chamar “Idéias”.

A idéia foi de José Roberto Guzzo, o diretor de redação. Atendendo a uma exigência de Dorrit Harazim, que fora para o *Jornal do Brasil* em meados da década de 1970 junto com o marido, Elio Gaspari, Guzzo a colocou como editora de Internacional. Para não correr o risco de perder Roberto Pompeu de Toledo, criou uma nova editoria, a de “Idéias”. Um novo espaço foi construído na redação e acomodou, além de Pompeu, Humberto Werneck, Tales Alvarenga e Ricardo A. Setti. Um time admirável, mas que ficou encostado. A editoria era inexpressiva em termos de espaço na revista.

Pompeu tentou se adaptar à nova função, assim como os outros que, como lembra Humberto Werneck em entrevista para este livro, “se sentiram honrados”. Com o tempo, no entanto, Pompeu ficou insatisfeito, a tal ponto que aceitou prontamente o convite feito por Sílvio Lancelotti para conversar com Mino Carta sobre a possibilidade de trabalhar em *A República*. Pompeu foi até a redação de *IstoÉ*, conversou com Mino escolheu ser o editor de Mundo do jornal, área com a qual já lidava em *Veja*. Poderia ter sido editor de Política se quisesse. Mas se sentia mais à vontade em coberturas sobre os acontecimento internacionais. Foi autorizado a chamar quem quisesse para trabalhar na editoria. No dia 25 de julho, mais uma vez se dirigiu a Humberto Werneck um convite:

- Werneck, tenho uma ótima para você. Fui chamado para fazer parte do novo jornal que o Mino Carta e o pessoal da *IstoÉ* estão montando. Recebi carta branca para chamar quem quiser. Você vem comigo e iremos trabalhar na editoria de Mundo. Vai ser algo no estilo do *Le Monde* e do *La Repubblica*.

- Muito bom Roberto. Parece ser interessante. Quando começa esse jornal?

- Acho que daqui a um mês. Mas vamos sair daqui já. Não agüento mais. Os salários são iguais aos daqui e lá iremos produzir muito mais. Isso aqui não tem futuro.

- Então vamos sair.

Dias depois, Pompeu e Werneck se juntaram ao grupo de Mino Carta. A primeira reunião plenária a juntar todos aqueles que iriam trabalhar no jornal ocorreu no dia 7 de agosto. Sentado na cabeceira da grande mesa que ficava no centro da redação de *IstoÉ*, Mino contemplou os presentes e, sentindo-se o capitão de um navio, perguntou com sotaque italiano:

- Bom, como vai se chamar o nosso jornal?

Ninguém se atreveu a responder. Até porque o termo “nosso” era uma tentativa de estimular a participação dos colegas de trabalho. *A República* já existia. Não seria uma cópia do *La Repubblica*, mas tentaria se aproximar de um modelo consagrado na Europa, pelo qual o veículo assume uma posição socialista democrática e combativa em seus editoriais. Predominaria uma postura cética diante da realidade, mas otimista na ação. Mino fez questão de manter uma linha editorial próxima dos ensinamentos do cientista político italiano Antonio Gramsci, pelo qual sempre nutriu uma admiração. Além desse aspecto, o jornal procuraria ir além do factual no noticiário, selecionando os acontecimentos mais relevantes para a sociedade. Seria um “jornal de jornalistas”, no qual todos tinham o poder sobre as matérias que escreviam, da pauta ao texto final.

Além do *La Repubblica*, outros jornais como o francês *Liberation* e o espanhol *La Vanguardia* seguiam a mesma linha. Nas reuniões, Mino e os demais discutiram as linhas gerais do diário guidos

pela intenção de fazer algo inovador para os padrões brasileiros. Vinte e seis anos depois, Nirlando Beirão revelou que teve uma perspectiva diferenciada da gênese do jornal. “Foi uma situação curiosa porque contratei a minha equipe a distância. Ainda estava nos Estados Unidos como correspondente da IstoÉ em Nova Iorque e só ia colhendo sugestões. Para ser editor de Cultura, fiz como já havia feito na revista: uma cobertura ampla, com uma interdependência de temas, envolvendo política, economia, cultura e até esporte”.

A ênfase na política, apesar de já começar pelo nome do jornal, não poderia encobrir as outras editorias. Em Economia, a maior preocupação de Aloysio Biondi seria traduzir o “economês” para a população de leigos, que compunham a maioria. Além disso, a crítica à condução da política econômica seria , já que o Brasil vivia a triste realidade da inflação galopante.

As editorias de Cultura e Esporte foram unidas e ficaram sob o comando de Nirlando Beirão. Como precisava de um subeditor, chamou Humberto Werneck, que aceitou o convite (até então, iria acompanhar Roberto Pompeu em Mundo). O tom a ser utilizado naquele que se tornaria o segundo caderno do jornal era de uma intensa picardia, ou seja, um tom irônico e, às vezes, sarcástico, presente na maior parte do conteúdo do *JR*. Para reforçar a equipe, além das crônicas de Telmo Martino, que faziam sucesso no *Jornal da Tarde* e passariam para o *República*, foram escolhidos Wagner Carelli (que se dividiria entre o jornal e a revista), Osmar Freitas Júnior e Carmen Cagno (Cultura), Tônico Duarte (Esporte) e Dina Amêndola (na seção Boavida, uma agenda cultural).

Sem Humberto Werneck, Roberto Pompeu de Toledo ficou com Paulo Sotero como futuro correspondente do jornal em Washington, capital dos Estados Unidos. Outro enviado internacional seria Fernando Pacheco Jordão, que se instalaria na capital inglesa, Londres. Em São Paulo, como subeditor, ficaria Rubens Glasberg. Entretanto, na visão de Pompeu, havia uma “bagunça” que custava a ser organizada naquelas verdadeiras assembléias de jornalistas. “O clima era de bagunça, com grande liberdade de expressão para todo mundo, ao contrário da *Veja*, de tradição fortemente hierarquizada, mas já então comecei a desconfiar que a bagunça podia não ser tão criativa assim. Havia dissonâncias demais. Se o grupo gozava de uma liberdade talvez impossível em qualquer outra redação, me parecia que ao mesmo tempo carecia da homogeneidade. Em todo caso, me agarrava à idéia central: fazer um *Le Monde* brasileiro. Ou, como preferia o Mino, italiano e italianófilo até a medula, um *La Repubblica*. O *El País* não existia ainda. Se existisse, poderia ser incluído entre nossos modelos. A idéia era de um jornal seletivo na escolha dos temas e chegado às análises. Isso me agradava muito”.

Na editoria de Política, José Carlos Bardawil nomeou Luís Gonzales como subeditor. A editoria ainda contaria com André Gustavo Stumpf, Armando Rollemberg (na sucursal de Brasília) e Carlos Alberto Sardemberg (em São Paulo).

O *República* não seria diferente de outros jornais se tivesse apenas essas editorias. Por isso, criou-se um espaço inexistente nos diários tradicionais: a seção Trabalhadores, que teria uma ou duas páginas dedicadas ao sindicalismo e seria uma tribuna permanente para as reivindicações dos expoentes do movimento, como Lula. A inovadora seção era apenas uma em meio às outras que compunham a maior de todas as editorias: Geral. Chefiada por Clóvis Rossi, ela englobou as editorias São Paulo, Brasil, Mulher e Polícia, além de Trabalhadores.

A equipe estava definida. Faltavam apenas a nova sede e a gráfica que iria imprimir o jornal. O lançamento ficou marcado para o dia 22 de agosto, uma quarta-feira. Porém, por maior que fosse a vontade de cumprir o planejamento, tudo começou a se precipitar. A começar pela gráfica. Mino Carta e Domingo Alzugaray não conseguiram se acertar com o *Diário Popular* de Armando e Nelo Ferrentini e também de Rodrigo Lisboa Soares. Alegando falta de capacidade para imprimir outro jornal, os sócios recusaram a proposta:

- Eles têm medo da concorrência. – pensou Carta.

Sobraram as lamentações pela perda da possibilidade de uma competente impressão off-set e também a última opção: a decadente gráfica dos Diários Associados, na Rua 7 de Abril, no centro de São Paulo. O acerto foi feito rapidamente. Porém, distante daquilo que Mino Carta planejava. O horário de fechamento da primeira página de cada edição, que era a última a ser finalizada, ficou para às 20h30. O tempo para compor uma edição inteira seria drasticamente reduzido, já que o trabalho começaria por volta das 9 horas da manhã. Naquela época, normalmente os jornais fechavam à meia-noite. Atualmente, o horário fica em torno das 22 horas.

A qualidade da impressão, pela precariedade do parque gráfico obsoleto, seria similar a do *Diário da Noite*: sem colorido nas fotos e em um papel-jornal de qualidade inferior ao utilizado na *Folha*, no *Estadão* e em outros jornais.

- Com o tempo iremos melhorar. – acreditou Mino.

Faltava apenas um novo endereço. A *IstoÉ* e o *Jornal da República* encontraram abrigo na Rua da Consolação, número 293. O prédio de doze andares, que era conhecido por abrigar a sede do Touring Club, seria ocupado do 8º ao 12º piso por jornalistas, fotógrafos, diagramadores e uma imensa vontade de fazer sucesso no mercado editorial. A revista ficou no 10º andar, enquanto o jornal foi instalado no 11º. No dia 17 de agosto, todos foram conhecer o novo local de trabalho.

O casarão da Rua Padre João Manoel deixou saudades. O conforto foi trocado por um andar que se resumia a um corredor comprido. Havia apenas um grande ar-condicionado central, que não ventilava, só tornava o ar mais frio. Para completar, os móveis eram provenientes de uma permuta feita com uma empresa chamada Securite, que teria espaços para anúncios pelo fornecimento de mobília. Em troca de anúncios no jornal, a empresa cedeu a mobília. As máquinas de escrever seriam as de *IstoÉ* mais outras compradas por Alzugaray pouco tempo antes. Mas isto não foi nada comparado ao barulho e à poeira levantada pelos pedreiros, que ainda tentavam ajeitar o espaço. O jornal iniciava a sua existência de forma mambembe. Paredes eram levantadas ao mesmo tempo em que reuniões ocorriam sob uma iluminação improvisada.

Os primeiros cinco dias de atividades só mostraram o quanto se estava distante do padrão que muitos daqueles jornalistas estavam acostumados. Durante o processo de adaptação, o primeiro alento seria o trabalho de Hélio de Almeida, o diretor de arte: a concepção do logotipo. Duas opções foram consideradas pelo designer gráfico: um logotipo reto, no estilo tradicional, e outro no formato de elipse. Optando pelo vanguardismo, foi escolhido o segundo modelo, “para sinalizar novos tempos no jornalismo e na sociedade brasileira”, de acordo com a análise do próprio Almeida.

Mino Carta tentava injetar otimismo na redação. O lançamento foi adiado para a segunda-

feira seguinte, dia 27. Por conta da imposição da gráfica de não trabalhar aos sábados, o jornal não circularia aos domingos. Internamente, acreditava-se que seria até melhor não competir no dia mais disputado pelos diários, já que *Estadão* e *Folha* imprimiam verdadeiros calhamaços de dezenas de páginas. O humilde *República* teria apenas dezesseis. Exceto na primeira edição.



Da esquerda para a direita: Cláudio Abramo, Mino Carta e Clóvis Rossi, nos primeiros dias do *Jornal da República*

Os jornalistas do *República* iniciaram a concepção do número zero, que já seria o número um. Não havia tempo nem estrutura para experimentações como aconteceu na preparação do *Jornal da Tarde*. Ao mesmo tempo, foi planejada uma festa para o lançamento.

Era necessária uma reportagem de impacto para marcar a primeira edição. Mino pensou em uma pauta que havia passado a Ricardo Kotscho dias antes. A matéria de capa seria “A vida torta de Mané Garrincha”, um furo na concorrência já que o ex-jogador estava desaparecido.

- Temos um desafio: o Kotscho vai atrás do Garrincha. – disse Mino na ocasião.

Ricardinho, como era conhecido entre alguns dos colegas mais velhos, se espantou. E nem esboçou reação. Ao olhar para Mino, este apenas lhe disse:

- Se vira.

Kotscho procurou o bicampeão mundial de futebol nas Copas de 1958 e 1962, Manuel Francisco dos Santos, o “Anjo de pernas tortas”. Mas encontrou-o aos 46 anos com um corpo visivelmente acima do peso e afetado pelo vício em bebidas alcoólicas, internado em uma clínica de recuperação no interior do Rio de Janeiro. Kotscho conseguiu entrevistá-lo e ele garantiu:

- Vou jogar domingo.

O repórter não compreendia como alguém poderia pensar em jogar futebol estando naquelas condições.

Mas ele era Garrincha. Para levantar algum dinheiro, aceitou o convite de um time de veteranos chamado Milionários. Kotscho e o fotógrafo Solano José viajaram de ônibus com a delegação da equipe para a pequena cidade de Pirapozinho, na região de Presidente Prudente, interior paulista. No caminho, os jogadores foram bebendo e contando piadas. Kotscho observava incrédulo e perguntou ao colega:

- Como é que esses caras vão jogar?

O Milionários, que tinha riqueza apenas no nome, entrou em campo. Com Garrincha bêbado. Alguns até duvidaram que fosse ele. No entanto, nenhum sócia seria capaz de entortar um adversário estando embriagado. Aplaudido, Garrincha caiu após vinte minutos de jogo. Desmaiou de cansaço.

A foto que sairia na primeira página da história do *Jornal da República* foi tirada na beira do campo de Pirapozinho, onde Garrincha estava sendo ovacionado por uma platéia formada por homens, mulheres e crianças. Após a partida, a imagem foi enviada para São Paulo da casa do prefeito via telefoto.

Além de 16 páginas de conteúdo, foi obtido para a primeira edição o equivalente a 12 páginas de anúncios. A equipe de publicidade, formada por cinco profissionais e comandada por Armando Salem e Márcio de Oliveira (ex-diretor da área na Editora Abril) conseguiu garantir o apoio de empresas como o Banco Itaú, o Pão de Açúcar, a Volkswagen e a fábrica de cobertores Parahyba. Um espantoso início que traria alívio e euforia aos jornalistas.

Para elaborar a primeira edição, foram necessários três dias. Entre 24 e 26 de agosto (sexta a domingo), a redação do *Jornal da República* vivenciou uma rotina intensa. Em depoimento para este livro, Nirlando Beirão lembrou aquele final de semana: “Trabalhamos durante todo o final da semana anterior ao lançamento. De 24 a 26 de agosto (sexta a domingo), praticamente não dormimos para preparar o primeiro número. Teve um coquetel no domingo à noite na sede do jornal. Uma das grandes decepções foi a impressão. Tivemos um problema industrial, envolvendo impressão e distribuição. Ficamos com a gráfica dos Diários Associados. Não pudemos realizar nenhuma das inovações que queríamos. Foi o anticlímax para nós”.

Na noite de domingo, para fins de comemoração, empresários e jornalistas foram convidados para um coquetel no 12º andar do prédio que abrigava o jornal. A primeira edição do jornal estava sendo impressa. Foi criado um clima de expectativa para a chegada dos exemplares. Enquanto o trabalho não chegava, houve espaço para a diversão. Laerte Setúbal, dono do Banco Itaú, e Severo Gomes, proprietário da fábrica de cobertores Parahyba, foram recepcionados por um eufórico Tônico Duarte, em pé sobre uma das mesas:

- O senhor é o meu pastor. Temos banco e cobertor!

Todos caíram na gargalhada. A veia humorística de Duarte já era conhecida.

Por volta da meia-noite, Nirlando Beirão chegou com alguns exemplares da primeira

edição do *Jornal da República*. Alguns não esconderam a decepção. A foto de Solano José não era facilmente visualizada. Garrincha era identificável apenas pelas suas inconfundíveis pernas arqueadas, e não pela qualidade da imagem. O papel, ligeiramente amarelado, não deixou dúvidas de que faltava dinheiro tanto ao jornal quanto à gráfica que o imprimiu. A fotocomposição foi feita apressadamente na *IstoÉ* e também nos Diários. Em destaque, a manchete “Camisa-de-força no salário”, título de uma matéria escrita por Aloysio Biondi. À esquerda, o primeiro “Artigo de Fundo”, editorial de primeira página escrito por Mino Carta.

Leia a seguir a reprodução do texto. Ele demonstra desde o início a disposição da equipe do *Jornal da República* em fazer um veículo intermediário entre as instâncias de poder e aquelas ligadas a movimentos sociais, especialmente os sindicatos, a exemplo de *IstoÉ*.

ARTIGO DE FUNDO

Céticos, mas otimistas na ação

MINO CARTA

A República é a melhor maneira de ser de governos democráticos. República também se chama a pensão dos estudantes, boa maneira de abrigar debaixo do mesmo teto ideais e paixões diferentes, mas igualmente inflamadas e sobretudo honestas. Este jornal, originário de antiga paixão que não esmoreceu com o tempo, alimentada por alguns entre nós mais entrados em anos, seguindo cada um caminhos próprios que agora nele se encontram pretende ser república dentro da República. E eu espero que o nome, JORNAL DA REPÚBLICA, tenha aos ouvidos dos leitores o mesmo som que ganha para nós, jovens e nem tanto, que o fazemos, som combativo sem luxo de retórica, como convém ao jornal de quem é cético na inteligência e irremediavelmente otimista na ação.

Não há, em todo caso, no rol dos nossos propósitos, aquele de oferecer proteção, garantia, tutela, a quem quer que seja ou a qualquer porção de possíveis leitores. Não estamos, hoje, fundando um partido político ou organizando uma operação assistencial. Jornal, como nós o entendemos, é outra coisa. Equilibrados entre formas radicais de ver o mundo, procuraremos neste Brasil capaz ainda de viver ao mesmo tempo épocas diferentes, a Idade Média, a véspera da Revolução Francesa, os momentos atônitos das personagens dos romances russos do século passado – procuraremos cultivar uma visão contemporânea do mundo. Por isso o JORNAL DA REPÚBLICA se reserva o direito e o dever de lutar, de uma posição crítica da sociedade e fiscalizadora do poder, contra as injustiças que assolam o nosso País; contra a prepotência de poucos imposta à maioria desvalida; contra a marginalização dos trabalhadores, ainda e sempre vitimados pela CLT fascista, constituição própria distinta da Constituição; contra a ignorância de quem, ao tentar preservar o passado, empurra a todos contra o risco do desenlace violento; contra o revanchismo eventual de quem nos anos recentes enxovalhou a dignidade do Brasil e contra toda investida dos fanáticos do Apocalipse.

A partir de hoje o JORNAL DA REPÚBLICA está presente, como uma das vozes da Sociedade Civil, manifestando os seus ideais e a sua paixão, no empenho de que a República venha a ser a democracia dos nossos sonhos.

Durante a festa, ninguém se abalou diante das dificuldades iniciais. Acreditavam que era uma situação temporária. Com as mãos um pouco borradas de tinta preta, bebiam e comemoravam. Exceto um argentino. Ao abrir o jornal na página quatro, Domingo Alzugaray não encontrou motivos para sorrir. O seu nome não constava no expediente e muito menos no Conselho de Direção. A reação foi imediata:

- O meu nome não está aqui. Isso é um absurdo. Eu pago as contas. O mínimo que espero é ser lembrado no expediente.

Alguns interlocutores atentos comunicaram a insatisfação de Alzugaray a Mino pouco depois. A reação foi de espanto, já que ninguém havia atentado ao fato de que o nome de um dos donos da Encontro Editorial não estava no expediente. E Mino ouviria do próprio Alzugaray, no dia 28, uma séria ameaça:

- Se o meu nome não aparecer na próxima edição, eu saio do jornal.

Mino pediu desculpas e o erro foi reparado. Mas somente na terceira edição, em 29 de agosto. A do dia 28 já estava sendo feita a toque de caixa. O expediente seria o mesmo do dia anterior.

Em meio à pressa, surgiu sorridente, no período da tarde, Armando Salem. A fala de um dos membros do conselho diretivo foi tranquilizadora:

- Pessoal, vocês já podem fazer prestação. Vendemos 70 mil exemplares. A tiragem esgotou em poucas horas. Um sucesso!

A vibração foi intensa. Um sentimento de alívio e otimismo tomou conta da redação. A expressiva vendagem em banca foi impulsionada pelos leitores de *IstoÉ* e também pela expectativa em torno da nova publicação de Mino Carta. A tiragem de 72.890 exemplares, muito acima do que foi projetado inicialmente, jamais se repetiu. Motivos para isso não faltariam.

Mesmo com os nomes de Domingo e Cátia Alzugaray sendo colocados no expediente a partir do número três, o empresário permanecia irrequieto. Verificou que os anúncios sumiram a partir da segunda edição. Uns poucos permaneceram. O jornal começou a sair com apenas 16 páginas, divididas entre dois cadernos. No primeiro, os editoriais e as reportagens de Política, Economia e Geral se dividiam. Já no segundo, Cultura e Esporte tentavam atrair os leitores não-adeptos das chamadas “hard news” (notícias mais sérias).

- Mino, estamos indo para o buraco. Errei nas contas, não dá. – repetia diariamente um desanimado Alzugaray.

- Calma Domingo. Você está sendo precipitado. Já estamos correndo atrás de mais anunciantes.

- Eu vou sair. Não quero mais ficar nessa barca furada.

A aceleração do processo de separação deixava Mino preocupado. Se Alzugaray sáísse, seria um desastre. Quinze dias após o lançamento, Domingo fez uma ameaça acima do tom empregado nos dias anteriores. A sala de Mino se transformou em um campo de batalha verbal:

- Acho que vocês piraram de vez. Isso é ridículo. A tiragem e as vendas não param de cair. Como vocês querem sobreviver? O jornal está comendo o lucro da *IstoÉ*. A revista está sendo afetada.

- Não vou abandonar o projeto. Tem muita gente interessada em fazer o jornal vingar. Não posso dizer para eles simplesmente que iremos fechar. – retrucou Mino, convicto. – Não desista tão facilmente. Sofremos três anos com a *IstoÉ*, podemos suportar isso.

Alzugaray foi convencido, depois de um árduo esforço dos componentes do Conselho de Direção, a dar mais um voto de confiança para o jornal. O mês de setembro fechou com um prejuízo de três milhões de cruzeiros. O jornal gerou com a venda de exemplares e vinte páginas de publicidade (o ideal teriam sido 55), oito milhões. As despesas somaram onze milhões. Uma parte do prejuízo foi coberta com os dois milhões de lucro obtidos pela *IstoÉ*. A outra foi bancada por Domingo Alzugaray.

No início de outubro, pouco mais de um mês depois do lançamento do jornal, Domingo Alzugaray sentenciou:

- Continuamos no prejuízo: 40 milhões! Chega! Acabou, Mino. Não quero ir à falência.

- Então você sai. Do jornal e da *IstoÉ*. Sai da Encontro.

- Então eu saio das duas. No prejuízo, eu não fico.

Na edição de 6 de outubro da *Gazeta Mercantil*, o mesmo jornal que, pouco mais de um mês antes, havia publicado uma entrevista na qual Mino garantiu que o talento dele sustentaria o *Jornal da República*, trazia outra matéria que tinha no título o resumo da nova situação:

“Carta fica sozinho no controle da Encontro Editorial”.

PARTE 2
O recomeço

REPRODUÇÃO

Reproduction of the front page of 'jornal da REPÚBLICA' (Edition of Tuesday, August 22, 1950). The page features the newspaper's masthead, a table of contents, and several news articles. The main headline is 'Camisa de força no salário' (Strength shirt in salary), with a sub-headline 'Sindicatos serão livres para pedir aumentos, desde que só peçam o que será permitido pedir' (Unions will be free to ask for raises, as long as they only ask for what is permitted to be asked). Other headlines include 'O hospício serviu de prisão política' (The asylum served as political prison), 'Sócrates garante o emprego de Teixeira, Corinthians, 2 a 0, gols de Wilsinho e Vaguinho' (Socrates guarantees the job of Teixeira, Corinthians, 2 to 0, goals by Wilsinho and Vaguinho), and 'O avião russo ainda retido em Nova York' (The Russian plane still held in New York). A large photograph shows a group of people, with a caption 'A volta de Mané Garrincha' (The return of Mané Garrincha). A 'DESTAQUES' (Highlights) table is located in the bottom left corner.

Sem o empresário e capitalista da empreitada, Mino se viu sem uma saída. Tinha que tomar uma decisão. O número de anúncios no jornal só fora expressivo no primeiro número. Mas, como se pode perceber na reprodução acima, nem nessa boa edição de estréia apareceu uma peça publicitária na página principal, fato que se repetiu até o fim. Apesar de todos os problemas, o jornal continuou, contra (quase) todas as expectativas.

PENSAMENTO DO DIA

“Se você tivesse me dito que o plano era esse, eu diria que não ia dar certo”.

(José Carlos Bardawil, editor de Política do *Jornal da República*, revelando a Mino Carta sua crítica à estratégia elaborada para o jornal)

Duplo impacto

Na edição de *IstoÉ* datada de 29 de agosto de 1979, uma reportagem assinada pelo editor de cultura da revista, Wagner Carelli, falava sobre o *Jornal da República*. Além do esforço óbvio de promover um veículo da mesma empresa, que acabava de nascer, a matéria de Carelli trazia o título “Independências nas bancas” como uma forma de mostrar que o jornal seria diferente dos outros por ter uma linha editorial sem compromissos com pessoas ou grandes grupos empresariais.

Entretanto, a partir do momento em que Domingo Alzugaray deixou de ser um dos sócios da Encontro Editorial, a independência foi colocada em xeque. Não havia mais como sustentar um empreendimento sem a garantia de um empresário que, naquela época, já era o único dono da Editora Três e de outros negócios, que movimentavam entre 70 e 80 milhões de cruzeiros, de acordo com a mesma reportagem da *Gazeta Mercantil* que anunciava o fim da sociedade entre Alzugaray e Mino Carta.

O acordo realizado entre os dois para dar fim à parceria avaliou a Encontro Editorial em 72 milhões de cruzeiros, um cálculo aproximado que seguia uma metodologia comum nos Estados Unidos. Basicamente, era o lucro líquido mensal multiplicado por três anos ao invés de cinco, como faziam os norte-americanos. Isso se devia ao fato de que a Encontro tinha apenas três anos de existência (fora criada em 1976). A avaliação excluiu o *Jornal da República* por ainda ser um veículo deficitário.

É importante ressaltar que a Editora Três, de Domingo Alzugaray, continuou até próximo do fim do jornal, em janeiro de 1980, como a empresa que dava o suporte oficial para a Encontro Editorial existir. Além de fornecer o endereço telegráfico, a Três também auxiliava na distribuição. Mesmo assim, esta continuava deficiente, em grande parte por erros cometidos pelos Diários Associados.

Para adquirir os 50% da participação de Alzugaray na empresa, Mino Carta fez o que ele hoje considera “uma loucura”: movido pela convicção de que o jornal daria certo, assinou uma série de notas promissórias no valor total de 36 milhões de cruzeiros. Era algo impensável para quem nada possuía além daqueles 50% da Encontro Editorial. Preocupado, Mino revelou o fato a Armando Salem, que já estava assumindo o controle do departamento comercial. Ex-repórter e editor-assistente de Política em *Veja*, Salem foi um dos que saiu da revista em solidariedade a Mino Carta, em 1976. Eram amigos, criaram o *IstoÉ* e lutavam muito para que o jornal vingasse. Não seria a saída de um sócio que inviabilizaria o sonho. Para salvar Mino de uma dívida que ele não conseguiria honrar, tomou uma atitude tão irresponsável quanto a do patrão, conforme ele mesmo relembra, vinte e seis anos depois: “Depois que o Domingo saiu, cheguei para o Mino e disse: ‘olha Mino, se você quiser, eu assumo a parte do Domingo no negócio, não tem problema’. Aí ele respondeu: ‘não, você é louco. Acho que é melhor fazer o que sempre quis fazer: gostaria de reservar uma parte para cada um dos que nos ajudaram a fazer o *IstoÉ*’. Aí ele queria abrir o capital dele para a participação do Raymundo Faoro, do Tão Gomes Pinto

e do Fernando Sandoval. Eu disse que não fazia sentido, já que estava assumindo o encargo naquele momento por impulso. Então os 50% que eram do Domingo ficaram divididos assim: 35% para mim e 5% para cada um dos outros (Faoro, Sandoval e Tão)”.

A decisão agradou aos contemplados com ações. Eles acreditavam que essa nova composição faria com que tanto o jornal como a revista tivessem uma sustentação ao menos provisória. O propósito foi o de impedir que a empresa ficasse instável e piorasse ainda mais a situação causada pelos prejuízos do *Jornal da República*.

As profundas mudanças no setor administrativo não chegaram a ser percebidas em toda a sua intensidade pelos que trabalhavam nas redações do jornal e da revista. Chefiada por Tão Gomes Pinto, *IstoÉ* continuava se sustentando de maneira razoável. Enquanto o *Jornal da República*, com uma redação que se desdobrava a fim de ter, todos os dias, uma edição pronta entre 19h e 20h30, não se dava conta do tamanho do buraco da empresa para a qual trabalhavam.

Tal percepção só mudaria a partir das alterações realizadas na composição do quadro profissional do *JR*. Uma delas tirou Nirlando Beirão da função de editor de Cultura e Esporte e o colocou na chefia de Geral, ao lado de Paulo Markun e Marcos Fonseca. Clóvis Rossi, que era o editor-chefe da seção até aquele momento, tornou-se uma espécie de secretário de redação, que supervisionava o trabalho das editorias englobadas por Geral. No entanto, nenhum deles deixou de escrever reportagens. Todo esse remanejamento tinha a intenção de mudar o tom do jornal. Nas reuniões de pauta, que eram realizadas no período da manhã, discutia-se o tom predominante do *República*. Chegaram à conclusão de que ele não estava sendo bem aceito pelo público por ser considerado um jornal excessivamente centrado nas questões mais “pesadas”, relacionadas a política e economia. Um dos que entraram nessa segunda fase do jornal foi Moacir Japiassu, que narra aquele momento com um tom de crítica.

Moacir Japiassu: Quando o *Jornal da República* surgiu, estava na *IstoÉ* e ali fiquei até setembro, quando Mino Carta me convocou para escrever uma coluna de esportes (leia-se futebol). O *JR* já não ia bem, porque não havia nascido bem; o texto era pesado, sério demais, lembrava algo como um casamento entre o *Estadão* e a *Folha*. E a impressão também era horrível, a soltar tinta das fotos borradas.

A área policial também sofreu tentativas de mudança por parte do novo comando da seção Geral. A editoria Polícia era um dos pontos em que o jornal pecava por manter uma linha muito similar a de outros jornais, sem ter algo de novo para apresentar aos leitores. Contudo, as tentativas de se controlar a cobertura policial não surtiram o efeito desejado. Tanto Nirlando Beirão quanto Paulo Markun e Marcos Fonseca, a dupla “Markun-Marcão”, não obtiveram êxito. Mas esse estava longe de ser o maior problema a ser enfrentado.

Naqueles últimos dias de setembro, parecia que a tempestade iria demorar a passar. O

impacto aumentou de maneira considerável quando Mino Carta resolveu convocar uma reunião geral na redação. O editor-chefe do jornal demonstrava claros sinais de insatisfação. Diariamente, cobrava do Conselho de Direção soluções para os problemas de impressão, distribuição e vendagem. Supervisionava com rigor as matérias escritas. Se exasperava com erros, chegando a reagir de maneira desproporcional a erros cometidos. Um dos casos mais emblemáticos dessa tensão é relatado por José Carlos Bardawil, editor de Política do jornal, no livro “O repórter e o poder” (Editora Alegro BB, 1999). O caso está relacionado à sucursal de Brasília da IstoÉ e que também servia ao jornal, chefiada por André Gustavo Stumpf.

“A sucursal de Brasília tinha oito, dez pessoas, mas não tinha ninguém que fizesse uma matéria realmente importante. O próprio Mino veio a perceber isso uns dois, três meses depois; e porque no começo o André realmente enganou o Mino. O Mino achava que ele era um gênio. Então, no começo, o André tinha uma coluna diária no jornal. Mandou as primeiras colunas e eu as achei ruins, péssimas. E andei metendo a mão para ver se melhorava um pouquinho. Mas ele ficou puto comigo; e telefonou para o Mino, que mandou me chamar:

– Você andou metendo a mão nas colunas do André?

– Ando metendo a mão porque são muito ruins, então é preciso dar uma melhorada.

– Você está proibido de meter a mão na coluna do André. Agora, quando a coluna do André chegar aqui, você manda direto para mim.

Comecei a pegar as colunas e entregar direto para ele, que passava para o Cláudio Abramo. O que aconteceu? Um dia o Cláudio Abramo saiu aos berros da sala dele: ‘Venham ver todos. Todos venham aqui ver essa desgraça!’. E todo mundo foi lá onde estava o velho com um telex na mão – a coluna do André. E esticou aquele telex na mesa e nós vimos que as linhas do telex estavam todas riscadas. E por cima de cada linha ele tinha reescrito à mão o artigo inteiro. Depois, apontando dramaticamente para aquele telex, ele disse: ‘Vejam o que faço com uma matéria de merda! De um redator de merda! Reescrevo linha por linha’. Bom, uns 20 minutos depois que ele fez isso, o André me ligou, desesperado:

– Bardawil, o que aconteceu aí? O que o Abramo fez?

– Você não queria que eu visse a matéria. Agora é o Cláudio Abramo que está vendo. E você sabe como é o Cláudio. O Cláudio é completamente pirado e fez realmente essa cena.

– Não, mas eu quero que você, então, por favor, volte a ver a minha matéria. Porque eu não posso ficar na mão desse maluco.

E a partir daí as matérias voltaram para mim, com a autorização do próprio André. Eu pegava a matéria e entregava para o meu editor-assistente, o Luís Gonzales, que depois chefiou o Globo em São Paulo. Entregava para o Luís Gonzales e ele fazia uma cara de quem estava cheirando uma fedentina e dizia assim:

– Porra, mas assim não! Assim vocês vão ter de me pagar taxa de insalubridade. Não é possível. Eu tenho de mexer nessa matéria?

– Você é o editor-assistente, tem de mexer. Eu não vou mexer.

Eu não contei que as primeiras matérias eram lidas pelo Mino. E, de repente, ouvíamos aquele barulho na sala do Mino. Todo mundo ia lá, e o Mino tinha quebrado o telefone, estava quebrando mesa, chutando a parede. De raiva. “Matéria de merda”. Um dia ele ficou tão furioso que deu um soco na parede e machucou o braço. Ficou uns dias usando tipóia. De tanta raiva. Depois disso que ele passou pro Cláudio Abramo”.

O jornal sofreu uma profunda alteração em seu comando após a saída de Alzugaray. Cláudio Abramo

começou na função que hoje é chamada de “secretário de redação”. Ou seja, seria um editor sênior, acima dos editores normais presentes em cada seção, que ajudaria o editor-chefe a “canetar” as matérias, como se diz no jargão jornalístico. O editor da seção Mundo no *JR*, Roberto Pompeu de Toledo, foi um dos principais envolvidos no remanejamento realizado na direção do diário. Ele substituiria Abramo, que começou a rivalizar com Mino no comando da redação. Pompeu lembra que a saída do Alzugaray teve grande impacto sob o ponto de vista empresarial. Se a empreitada já era de risco, agora era quase suicida. Mas, na minha história pessoal, o que aconteceu de mais relevante foi um desentendimento, afastamento ou desconfiança que logo se esboçou entre o Mino e o Cláudio Abramo. Originalmente, o Cláudio tinha sido levado para ser o segundo do Mino. Ou talvez nem o segundo, mas um igual. Mas aquele jornal era pequeno demais para acomodar uma dupla de tão augustas personagens, com perfil parecido de comandantes de redação. Logo o Cláudio foi meio que escanteado. Passou a se limitar ao artigo que escrevia periodicamente e aglutinar, nos cantos, os insatisfeitos da redação. Não demorou, saiu de armas e bagagens de volta à *Folha*. O que eu tenho a ver com isso é que, dado o vazio na chefia da redação, Mino então me chamou (o jornal não devia ter dois meses de existência) e me perguntou se eu não queria deixar a editoria de Mundo e trabalhar como seu “cupincha” na direção do jornal. A palavra “cupincha” é uma citação literal. Mais tarde, foi substituída pelo nobre título de “secretário de redação”. O Mino alegou que eu estava fazendo, na seção “Mundo”, o que lhe parecia melhor servir de modelo para o jornal. Particularmente, ele gostava do que eu estava fazendo no “Anote”, uma coluna de notas, que, diga-se de passagem, se repetia em cada uma das seções, irritantemente, com o mesmo nome. Eu aceitei. O convite convinha muito ao meu desejo de ter a visão de um jornal como um todo, e eis-me então trabalhando na mesma mesa do Mino - a mesa redonda numa salinha apartada, onde ficávamos durante o dia, ou a mesa retangular, numa das extremidades da redação, para onde mudávamos à noite, na hora de fechar o jornal. Eu passei a dividir com o Mino a supervisão geral das editorias, lia e canetava as principais matérias, fazia com ele a primeira pagina. Estas passaram a ser minhas funções, até o fim”.

A rixa entre Cláudio Abramo e Mino Carta pode ser explicada por dois motivos: o primeiro, evidente, era o fato mencionado por Roberto Pompeu de Toledo de que o jornal era “pequeno demais” para os dois, tão parecidos em termos de personalidade e na predisposição natural a liderar uma redação. O outro motivo era uma relação que havia começado trinta anos antes com Abramo sendo o mestre e Mino o discípulo. No *Jornal da República*, Mino era o líder e tratava o amigo de longa data como os outros, tentando manter um profissionalismo que sustentasse o jornal. Para se ter uma idéia dos problemas que causavam o atrito entre os dois, Mino relata, mais de duas décadas depois, que as reuniões de pauta que ocorriam diariamente na redação, às 10h30 da manhã, nunca tinham a presença de Abramo. Mino demonstrava sua insatisfação, pois Abramo só chegava entre 13h e 14h. O motivo? Sono. Abramo não conseguia acordar antes do meio-dia.

Percebendo a sua situação, Abramo confessou a Raymundo Faoro que não estava se sentindo bem ali, pois Mino demonstrava estar insatisfeito com ele. Faoro relatou o fato a Mino em um outro momento. Para deixar a sua postura mais clara, Mino foi conversar com Abramo:

- Mas Cláudio, o quê você quer que eu faça? O jornal tem que fechar às 19h. Não dá para

começar a trabalhar depois das 13h. Não dá tempo de fechar.

Após algum tempo de discussão sobre o assunto, resolveram chegar a um acordo. Mas Abramo jamais mudou a sua rotina de chegar tarde. E ainda chegou a reclamar, como relata Humberto Werneck ao descrever um episódio: “Um dia, o Cláudio Abramo saiu da sala do Mino, a qual ele também ocupava, dizendo: “Olha como ele me trata. Agora eu não sou ninguém”. Isso se repetiu algumas vezes. Ele estava insatisfeito, pois perdeu espaço lá dentro”.

A má fama e as rodadas de bolsinha

A fama do *Jornal da República* de ser um “pretensso jornal de esquerda” era corrente no meio jornalístico. Enquanto os que trabalharam no diário afirmam ter sido alvo da inveja daqueles que não foram chamados para integrar aquele grupo, rumores ecoavam. Alguns deles, como “o *Jornal da República* é sustentado pelo Golbery”, chegaram até os dias atuais. Alberto Dines, editor do site Observatório da Imprensa, em coluna do dia 12 de agosto de 2003, afirmou o seguinte: “Não querem saber que em 1979 foi lançado em São Paulo um diário que se pretendia de esquerda chamado *Jornal da República* com dinheiros de Paulo Maluf, via Vasp (então propriedade do governo do Estado)”. O artigo era uma crítica às chamadas “vacas sagradas do jornalismo progressista” que criticaram a cobertura realizada sobre a morte do dono das Organizações Globo, Roberto Marinho. Esta referência sobre o jornal claramente se dirigiu a Mino Carta.

Entrevistado para este livro, Armando Salem, o responsável pela administração da Encontro Editorial de setembro de 1979 a janeiro de 1980, negou categoricamente qualquer acordo realizado com Paulo Maluf, desmentindo a afirmação de Dines. “Nunca, em nenhum momento, fiz qualquer acordo com o senhor Paulo Salim Maluf. Jamais tratei com ele nem sobre a *IstoÉ*, nem sobre o *Jornal da República*. Além do mais, eu tinha sérias restrições quanto a quem procurar para pedir ajuda. O Mino me limitou muito nesse aspecto, pois ele não queria atrelar o jornal nem a nada, nem a ninguém”.

A tese de que o jornal era sustentado por Golbery do Couto e Silva, o ministro-chefe da Casa Civil, também não encontrou sustentação, já que o *República* passou por transtornos financeiros durante toda a sua existência. Prova disso foi o que Domingo Alzugaray disse para Mino Carta e Armando Salem alguns anos depois do fechamento do jornal:

- Quando saí, achei duas coisas: ou vocês eram uns porras-loucas inconseqüentes ou então tinham o ‘ouro de Brasília’. Depois vi que vocês eram realmente uns porras-loucas.

O “ouro de Brasília” seria a ajuda de Golbery, que viria por meio de anúncios de empresas estatais pertencentes ao Governo Federal. Isso nunca aconteceu. O depoimento de Armando Salem confirma que a *IstoÉ* já recebia bem menos anúncios dos governos federal e estadual do que a média do mercado. O *Jornal da República* foi ainda mais rejeitado.

Sem anúncios governamentais e com os empresários sumindo mais a cada dia, Armando Salem foi obrigado a repetir diversas vezes um ato que ele classificava da seguinte forma antes de sair do prédio do jornal:

- Até mais. Vou rodar bolsinha e já volto.

“Rodar bolsinha” é uma clara referência às prostitutas que realizam ponto nas ruas de uma cidade.

Para atrair clientes, elas ficam nas esquinas, rodando suas respectivas bolsas. A fim de arranjar dinheiro para pagar a folha salarial e todas as outras despesas do *Jornal da República*, Salem batia na porta dos empresários e das agências de publicidade para obter anúncios. Os “fiéis”, como Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Carlos Antiche (presidente da Sambra, do grupo Bunge y Born) e o folclórico dono da fábrica de aguardentes Tatuzinho, de Rio Claro, interior de São Paulo, cujo nome não foi lembrado por nenhum dos entrevistados, formavam uma minoria cada vez menor.

Salem contou com ajuda especializada na administração da Encontro Editorial. O professor Luis Alcântara, da Fundação Getúlio Vargas, tentou atenuar os problemas comerciais do jornal. Entretanto, as alternativas rareavam. Restou o apelo a empréstimos bancários. O Banco do Estado da Bahia (Baneb), naquela época comandado por Antônio Carlos Magalhães, concedeu um empréstimo a juros de mercado, sem qualquer subsídio. Salem desconhecia mecanismos que permitiam a empresas obter descontos nos juros sobre empréstimos bancários.

O diretor comercial e relações públicas do jornal também conseguiu ajuda com o empresário Mário Amato (que depois se tornaria presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp). De acordo com Armando Salem, a ajuda não foi alta, mas teve um papel importante pelo gesto simbólico de Amato “ter tirado dinheiro do próprio bolso”.

Delfim Netto, ministro do Planejamento de Figueiredo, também teve um papel importante nas tentativas de salvamento do jornal. Amigo pessoal de Armando Salem e Mino Carta, sempre nutriu uma simpatia por aquele grupo de jornalistas que primeiro conheceram o sucesso com *IstoÉ* e agora agonizavam com o *Jornal da República*. Se dispôs a ajudar realizando contatos com empresários. Geralmente, ligava para cada um deles e dizia:

- Olha, o pessoal do Mino Carta está precisando de ajuda.

Os encontros eram realizados em Brasília, no gabinete do ministro. O tom de Salem era sempre de preocupação. Os balanços não apresentavam melhoras, pois os gastos só aumentavam. O jornal passou a ter alguns poucos assinantes espalhados pelo Brasil. A vendagem em banca raramente ultrapassava a média dos 20 mil exemplares por dia.

E a tormenta estava longe de terminar.

Pressão interna

O nervosismo de Mino com os números alarmantes do departamento comercial, trazidos diariamente por Armando Salem, o irritaram a tal ponto que ele convocou uma reunião geral na redação no início de outubro. Reuniu os jornalistas e perguntou:

- Quem falou para vocês que isso aqui é um jornal de esquerda? Vocês querem ferrar a empresa?

Mino havia chegado ao limite. Não toleraria mais a incômoda situação de ver a tiragem cair. Achava que o jornal tinha adquirido uma fama de “esquerdista” no mercado, o que estava afastando os anúncios das páginas do jornal. Com exceção de alguns poucos além dos “fiéis”, o

República era evitado.

O jornal continuou a dar prejuízos, mas estes eram estancados em parte pelos dois milhões de cruzeiros provenientes do lucro líquido de *IstoÉ*. O *JR* continuava a funcionar, ainda que sob uma rotina que se tornava a cada dia mais estafante. Apesar da tentativa de se controlar a produção, sob a chefia de Ariovaldo Bonas, e também de se organizar uma ampla rede nacional de correspondentes, coordenada por Raul Bastos, muitas metas não eram cumpridas adequadamente. Não havia tecnologia e muito menos recursos suficientes para a montagem instantânea de uma publicação de alcance nacional. Os textos, tanto dos correspondentes no Brasil quanto os que estavam no exterior, chegavam à redação via telex. Porém, só havia um para toda a equipe, que ficava na pequena sala dividida entre Mino Carta e Cláudio Abramo (que, como relatado anteriormente, acabou saindo e dando lugar a Roberto Pompeu de Toledo). Havia disputas pelos telexes que chegavam. A espera dos editores pelos textos era angustiante. Um deles, o de Política, era uma das figuras mais folclóricas. José Carlos Bardawil, por conta de seu temperamento instável e aparência peculiar (baixo, gordo, atarracado, de cabelos e cavanhaque pretos), vivia de um lado para o outro da redação, exasperado. Alguns dos colegas, bem humorados, aproveitavam para zombar do “Bardoca” ou “Bardawa”, apelidos pelos quais ele era chamado. Um dia, enquanto batia um texto na máquina de escrever e falava ao telefone apressadamente, foi vítima de uma das inúmeras brincadeiras que faziam com ele. Levaram o telex para ele e Bardawil, prontamente, pegou o aparelho e disse “alô, alô” pensando que era mais um telefonema.

A precária distribuição dos Diários Associados, que muitas vezes saía com os caminhões em um primeiro momento carregando apenas o *Diário da Noite*, deixando o *República* para depois, atrasava todo o sistema. Tudo começava no fechamento do jornal, que apesar de ser constantemente apressado, não conseguia acompanhar a rotina dos Diários. Havia um descompasso causado, em parte, pelo atraso na entrega das provas de arte, que eram feitas em parte na fotocomposição da *IstoÉ*. Garotos foram recrutados para, de bicicleta, irem do jornal, na Rua da Consolação, até a gráfica dos Diários. A distância não era grande, mas eles paravam para tomar café no caminho. Minutos preciosos eram perdidos e faziam com que a outra parte da fotocomposição, que deveria ser feita na gráfica, tivesse que ser feita às pressas. A arte era totalmente prejudicada. O “paste-up”, processo de composição que colava (literalmente) o conteúdo das páginas fotocompostas no papel, era demorado e não era feito adequadamente. Títulos e textos de reportagens eram perdidos, além de cortes que eram realizados na última hora. Para completar, a impressão era uma lástima, em um papel que parecia piorar a cada edição. No início, o jornal até brilhava, de tão branco. Com o passar do tempo, parecia que se deteriorava, pois o papel ficou ligeiramente amarelado. Esses fatores contribuíam para que o encalhe (sobras de exemplares que as bancas não conseguiam vender) aumentasse.

Em algumas praças, o jornal simplesmente não chegava. É o caso de Belém, capital do Pará, de onde Lúcio Flávio Pinto, um dos colaboradores do jornal, escrevia e mandava seus artigos. Ele jamais chegou a ver um único exemplar da publicação. Entrevistado para este livro, Lúcio confessou que nunca viu um exemplar até hoje. Ele conta que pedia insistentemente para Ariovaldo Bonas e Raul Bastos lhe mandarem alguma edição, ao menos para ver um dos seus artigos publicados. Jamais obteve o retorno desejado. De forma minimamente razoável, o *Jornal da República* só circulou em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Recife, João Pessoa e Brasília. Nos demais lugares, como no interior de São Paulo, era raro ver um exemplar.

Esses fatores, em conjunto, deixavam Mino Carta tenso e, em alguns momentos, desequilibrado. Seu

sarcasmo aflorou. Tentava relaxar, acordando cedo para jogar tênis diariamente. Tomava banho após os jogos, se trocava e ia para a redação, já pensando no que lhe esperava. Aos 45 anos, Mino demonstrava uma ótima disposição física, mas estava começando a sentir a pressão. Em uma manhã rotineira, chegou no jornal e viu um office-boy circulando pela redação. Resolveu descarregar um pouco daquela tensão.

- Menino, vem cá.

O garoto se aproximou, sem ter a noção do que lhe seria pedido. Imaginava que seria um café ou uma fotocópia. Mino quis assustá-lo propositadamente.

- Me dá um revólver?

Com olhos esbugalhados, o menino ainda ouviu:

- Eu preciso de um revólver. Quero matar alguém ou estourar a minha própria cabeça.

Logo depois, Mino diria que aquilo era uma brincadeira. Não pensava em matar alguém ou se suicidar. Ainda.

Marcos Fonseca resumiu o clima daqueles tempos: “Ali na redação, sentíamos que o pessoal da cúpula transmitia para nós que tudo estava bem nas primeiras semanas. Confraternizavam e conversavam muito com a gente. Depois, a coisa foi mudando. A crise ficou no ar. O humor deles (Mino Carta, Armando Salem e outros) piorou. A redação era muito bem-humorada, mas o Mino era ciclotímico. Alternava bons e maus momentos”.

Reportagens marcantes

Na história do *Jornal da República*, algumas matérias chegaram a ter repercussão. No entanto, nunca houve uma que tivesse feito um sucesso retumbante. Mesmo aquela que apareceu com destaque na primeira página da edição número 1, “A vida torta de Mané Garrincha”, assinada por Ricardo Kotscho, não obteve sucesso total. Muito elogiada e, provavelmente, uma das mais lidas em toda a trajetória do diário, não se constituía em um furo completo, já que o título havia sido utilizado em outra reportagem. Kotscho não sabia da existência dessa e pensou nesse título, que fazia alusão às pernas tortas do antigo craque de futebol.

Clóvis Rossi protagonizou uma história interessante como correspondente do jornal em Florianópolis. Ele foi escalado para cobrir uma visita do presidente da República, João Baptista Figueiredo, à capital catarinense. No dia 30 de setembro de 1979, em meio a uma multidão que o cercou no bairro chamado Boca Maldita, Figueiredo foi prensado e xingado por estudantes que protestavam contra o regime militar e o próprio presidente. Figueiredo não se fez de rogado e deixou cair a máscara de calma que portava na maioria das ocasiões. Quebrou o protocolo e devolveu os insultos na mesma intensidade, duelando por espaço com seguranças da comitiva presidencial e com os manifestantes. No dia seguinte, 1º de outubro de 1979, o *Jornal da República* estampou a manchete “Um coro de palavrões. E Figueiredo perde a calma” em letras garrafais, com uma grande foto da confusão ilustrando a notícia. Era mais do que suficiente para que o diário fosse utilizado

como panfleto, forrando as paredes da Universidade Federal de Santa Catarina como uma forma de reforçar os corriqueiros protestos contra a repressão.

É comum associar a editoria de Polícia a casos marcantes de reportagem jornalística. No *Jornal da República*, um dos destaques era Antônio Carlos Fon. Em uma linguagem acessível, fez matérias como “O tira, uma espécie em extinção”. Outro que se destacou no que se refere ao jornalismo investigativo foi José Meirelles Passos, que assina uma reportagem sobre o caso Ângela Diniz, ocorrido em 1976 e que, em 1979, ainda estava sendo o objeto de um polêmico julgamento. “Os mistérios que o caso Ângela deixou”, publicada em 15 de outubro daquele ano, também teve a participação de Ricardo Kotscho como enviado especial ao Rio de Janeiro para cobrir o julgamento do acusado pelo assassinato de Ângela Diniz, Raul Fernando Amaral Street, apelidado “Doca”.

Nas entrevistas para este livro, uma das reportagens mais lembradas foi a que relatou o assassinato do metalúrgico Santo Dias da Silva. Com o título “A greve estava para acabar. Então, um operário foi morto”, a matéria, assinada por Francisco Malfitani, demorou três dias para ficar pronta. Paulo Markun, entre 10h e 16h, e Marcos Fonseca, das 16h às 22h, acompanhavam tudo por telefone. Em alguns momentos, não conseguiam encontrar Malfitani, que estava em meio aos metalúrgicos revoltosos. Enquanto Lula discursava, Malfitani se misturava aos sindicalistas, tentando desvendar quais seriam as conseqüências decorrentes de mais um ato da repressão.

Funcionários abusados

Ao ser entrevistado para este projeto, Mino Carta confessou que nunca pretendeu ser um patrão nos moldes tradicionais. Não queria estabelecer uma relação de hierarquia entre patrão e empregado, pois via os jornalistas que trabalhavam na *IstoÉ* e no *Jornal da República* como colegas de trabalho. Mas, os próprios subordinados viam Mino como um patrão que sabia liderar uma equipe de trabalho. Entretanto, também tinham consciência de que ele não sabia administrar uma empresa. Era evidente que sem alguém “do ramo”, como Domingo Alzugaray, a situação seria difícil. E isso era percebido no dia-a-dia. Mesmo assim, o empenho, a lealdade e a paixão por aquele jornalismo praticado na revista e no jornal mantiveram boas as relações entre os empregados e o patrão.

O fator salarial também foi importante para que a fidelidade não fosse perdida. Nos cinco meses em que o jornal existiu, os salários jamais atrasaram. No máximo, demoraram de dois a três dias para serem pagos, mas os compromissos eram honrados. Após muitas “rodadas de bolsinha”, como relatou José Carlos Bardawil, “o Salem sempre conseguia o dinheiro”. E eram boas remunerações. Existe uma unanimidade nas lembranças. Humberto Werneck diz que saiu da *Veja* para ganhar apenas um pouco menos, sem lembrar precisamente a cifra. O fotógrafo José Luz Bittar, que assinava apenas como Luz Bittar na época, diz que saiu da revista *Visão*, onde ganhava 15 mil cruzeiros, para ganhar 43 mil no *Jornal da República*. Os salários, como lembrou Marcos Fonseca, eram depositados em contas no banco Cidade de Santos (que, anos depois, foi comprado pelo Bradesco). Naquela época, a agência do banco mais próxima da sede do jornal ficava na Avenida Paulista. Fonseca conta que, quando os cheques eram dados em envelopes por Armando Salem por volta do dia 10 de cada mês, os funcionários cor-

riam para o banco depositar o cheque. Dizia-se que, se houvesse uma demora para descontá-lo, ele poderia voltar, em consequência da crônica falta de fundos do jornal.

Mas nem todos estavam satisfeitos. Telmo Martino é um exemplo daqueles que começaram otimistas e depois se decepcionaram com o que aconteceu. “Sempre tive grande admiração pelo Mino Carta. Mas o jornal foi um equívoco. Deixei o Jornal da Tarde para escrever uma coluna do mesmo tipo, que falava de celebridades, bastidores e fofocas em geral. Sempre tive informantes privilegiados. Todos eles sumiram quando eu fui para o Jornal da República. Me perguntavam: ‘mas quem é essa gente com quem você está trabalhando? Ninguém mais vai te ler’. Mesmo assim, acreditei no projeto. Mas o República não tinha estrutura alguma, nem mesmo telefônica, para uma coluna. Se não fosse o Nirlando Beirão, o jornal não teria tido cinco dias de vida. Quando o Jornal da Tarde me chamou de volta, aceitei. Falei que tinha uma proposta para voltar e o Mino Carta compreendeu a minha situação. Quando arrumava minha retirada, alguém na redação bradou: “O navio está abandonando os ratos. É o fim!” Algum tempo depois, realmente foi. A história é curta. Tem a duração de uma vaidade. Foi um grande erro que estragou a vida de muita gente”.

O “alguém” citado por Telmo Martino era Humberto Werneck, que resolveu fazer uma piada com a saída do colunista do jornal.

Em mais de uma entrevista, a palavra “vaidade” foi associada à iniciativa de Mino Carta. Fazer um jornal diário sem dispor de recursos para tanto não foi considerado por alguns dos envolvidos como a estratégia de um competente e audacioso jogador. Foi, sim, encarado como fruto de uma vaidade, pois Mino achava que o sucesso era algo iminente para a publicação. E, como já foi lembrado, ele também acreditava que o seu talento seria suficiente para garantir o êxito da publicação.

Perguntado sobre o fato de ter sido o responsável pela sobrevivência do jornal, Nirlando Beirão nega que tenha desempenhado esse papel, alegando que Telmo “exagerou” em seu relato. “O Telmo Martino fazia muito sucesso no *Jornal da Tarde*. Tinha um público cativo enorme. Tanto que, na época, era comum dizer que só se comprava o *JT* de segunda, quarta e sexta por causa da coluna do Telmo. Mas aí ele tomou a decisão de ir para o *Jornal da República*. Com o tempo, percebeu que os textos dele, assim como o próprio jornal, não repercutiam. Ou seja, ele não desfrutou do mesmo sucesso de antes. Ficou muito decepcionado e passou a reclamar comigo constantemente. Disse para ele que não iríamos “ficar dando murro em ponta de faca”. E sempre mantive a posição de que o jornal iria dar certo, apesar de tudo. Ir para o jornal foi uma decisão muito corajosa da parte dele. Mas veio a frustração e, no final de outubro, ele disse que estava indo embora e me explicou o porquê. Compreendi perfeitamente e vi, minutos depois, a demissão mais rápida que já vi no jornalismo mundial. Ele disse que iria conversar com o Mino. Me ofereci para fazer isso mas ele não quis. Foi lá na sala do Mino, conversou e se despediu em poucos minutos. Passou na mesa dele e abriu a gaveta, que só tinha um maço de cigarros. Pegou o maço, acendeu um cigarro, se despediu e foi embora”.

Um outro episódio, protagonizado por Paulo Markun, mostrou o quanto fatores externos também influenciaram para que o *Jornal da República* nunca conseguisse ter uma rotina organizada. Em meados de outubro, Markun, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), queria estar

presente na chegada do líder Luís Carlos Prestes, que havia sido exilado pelo regime militar. Em 1979, com a Lei da Anistia, muitos exilados como prestes puderam retornar ao Brasil. O PCB organizou uma caravana para ir até lá. Para poder se juntar aos companheiros, Markun propôs uma reportagem falando da volta do “Velho”, como alguns chamavam Prestes. Mas o jornal não tinha como pagar as despesas. A chegada seria no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, em um final de semana, justo naquele que seria o primeiro plantão da editoria de Geral. Markun havia sido escalado para ficar ali no sábado e no domingo, o que inviabilizaria a viagem. Ele insistiu, prometendo que voltaria para a redação a fim de não perder o plantão. Finalmente, conseguiu autorização para viajar, mesmo tendo que pagar tudo do próprio bolso. Depois da chegada de Prestes, no domingo, conheceu uma mulher e se apaixonou. Não voltou para o plantão e deixou Mino furioso.

Ao retornar, na segunda-feira, Markun foi recebido por Nirlando Beirão:

- Olha, o Mino está meio puto com você e o plantão foi ruim. Você não veio, atrapalhou tudo.

- Tem toda a razão. Não tenho nenhuma explicação para dar.

- Eu acho que você devia ir lá falar com ele - insistiu Nirlando.

Markun foi até a sala de Mino. Era a primeira vez que tinha uma reunião sozinho com ele. Mino desenhava algo em um papel. Nem olhou para Markun, que tentou se explicar:

- Ô Mino, soube que você está meio puto comigo.

Mino interrompeu:

- “Meio” não é exatamente o que eu estou sentindo. Você faltou no plantão. Está demitido - disse, sem levantar a voz, mas com firmeza.

Markun suplicou:

- Eu só queria me justificar. Eu me apaixonei e não gostaria de ser demitido por uma situação dessas porque eu sempre trabalhei direito. Acho que você não tem queixa do meu trabalho.

- Vou pensar - disse Mino, sem mudar a postura.

Markun acabou sendo perdoado. Apesar dos abusos cometidos por alguns de seus funcionários, Mino Carta não era um carrasco. Dava broncas quando achava que algo estava errado. Em alguns momentos, explodia de raiva. Mas não era um patrão clássico. Ele fazia questão de ser diferente, mesmo sob a tensão que o afligia no *Jornal da República*.

Editoriais profundos

Os editoriais se dividiam em duas partes. A primeira era composta pelos textos escritos alternadamente entre Cláudio Abramo, Mino Carta e Raymundo Faoro, chamados de “Artigo de Fundo”. Estes sempre figuraram na primeira página. Abramo foi o único que não ficou até o fim. Entretanto, Roberto Pompeu de Toledo não chegou a escrever no lugar de Abramo. Apenas Carta e Faoro ocuparam o espaço mais nobre do jornal.

A seguir, leia três artigos de fundo que demonstram claramente as diferentes correntes de pensamento que, em tese, deveriam formar a linha editorial do *Jornal da República*. Será seguida a seqüência estabelecida

na época, que obedecia a ordem alfabética dos sobrenomes dos principais editorialistas: Abramo, Carta e Faoro.

SEXTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1979 - Nº 23

Enquanto isso, nas ruas das cidades...

CLÁUDIO ABRAMO

Lula, o metalúrgico, mostrou, em poucas palavras, o que alguns tentam explicar e outros insistem em não ouvir: a conquista dos instrumentos e características que formam a estrutura de uma democracia (a saber, partidos livres, em número indeterminado; sindicatos livres; organizações de cúpula sindical; de cúpula estudantil; liberdade total de imprensa; respeito nítido, líquido e certo dos direitos humanos, em todos os níveis; distribuição decente de renda, para impedir que 300 mil tenham tudo e o resto, nada; escola gratuita, em todos os níveis; saúde acessível a todos; saúde acessível a todos, etc etc etc) passa em primeiro lugar pela revisão do arcabouço autoritário. Ele acaba de desencorajar a formação da Central Única dos Trabalhadores, que já existe na prática, como já se viu, mas que, nas atuais circunstâncias, não pode ainda existir no papel, já que a lei impede a sua vida “legal”. Ele dá com isso prova de que entende mais de política do que muitos estudiosos do assunto.

De resto, trava-se neste momento, na oposição, uma disputa de lideranças. O sr. Teotônio Vilela diz que o sr. Leonel Brizola concordou em postergar a criação da PTB, na esperança de um acordo frentista; o sr. Miguel Arraes deve estar triunfante, já que, a seu ver, a idéia de sua frente recebe ventos favoráveis.

Ele já digeriu, de uma só garfada, o sr. Ulysses Guimarães, o MDB, os autênticos, os históricos, os moderados, e ex-petebistas, e assim por diante; deve sentir-se seguro para propor um acordo com o ex-governador gaúcho. O único dado novo nesse quadro são os rumores que o poder espalha, de que ajudará o sr. Leonel Brizola a fazer o seu partido, coisa que contraria sua lógica.

Mas se os srs. Leonel Brizola, Miguel Arraes, Lula, MDB, autênticos e outras figuras têm algo em comum chegarão a um acordo; ou antes, chegarão a um acordo se não tiverem projetos pessoais, se são só políticos. O Brasil é grande. Enquanto isso, a massa lumpenizada pelo poder econômico fica de fora, mais uma vez, aparecendo somente nas refregas de rua.

Nota do Autor: Alguns termos, como “moderados” e “autênticos”, definiam diferentes correntes presentes no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o único partido de oposição permitido pelo regime militar, representado pela Arena (Aliança Renovadora Nacional). O ex-governador gaúcho citado é Leonel Brizola. Ele era um dos que tentavam organizar uma “frente única de oposição”, forte o suficiente para derrotar os militares. O acordo não ocorreu. No texto, verifica-se uma simpatia por Lula.

Entre sonho e realidade

MINO CARTA

Vamos comparar o último discurso de Miguel Arraes (sexta-feira passada, em Brasília), a última entrevista de Leonel Brizola ao JORNAL DA REPÚBLICA (sexta-feira) e as últimas declarações de Tancredo Neves à imprensa (sábado).

Miguel Arraes lembrou uma personagem de Chico Anísio, do show que ele levava ao ar no começo da década de 60, o cientista português capaz de frases assim: “Inventor é aquele que inventa”. Arraes é aquele que constata. E não sai daí. Ele também poderia dedicar-se à pintura de paisagem, mas decerto não usaria o pincel fino de Canaletto, digamos, minucioso pintor. Arraes repetiu o que dissera ao chegar a Recife com palavras muito menos arrebatadas. Esboçou o quadro de uma situação político-econômica sombria e o malogro do regime autoritário. Anotou judiciosamente que a reforma partidária visa a divisão da oposição e que está alcançando esse objetivo. Opinou que o governo usa de “maquiavelismo capenga”. Pode-se discutir se o adjetivo foi bem escolhido. Em todo caso, deixou de explicar como se dá que baste um maquiavelismo capenga para dividir os opositores do regime. Os opositores, talvez, sejam capengas, mas isto Miguel Arraes não disse. E, ainda e sobretudo, não apontou saídas nem formulou soluções. Insistiu apenas na necessidade dessa impossível união das oposições. E despediu-se.

Leonel Brizola mostrou que está na dele. Teve o mérito de não se referir a frentes e chapões. Confessa, porém, outros sonhos: não desiste da idéia de empolgar os marginais. Quem sabe se refira aquele terço de brasileiros, imersos na chamada miséria total. Ignora-se qual exemplo o fascina, se o do Padim Ciço, ou o de Antônio Conselheiro. É possível que lhe fosse de alguma valia uma visita à favela.

Tancredo Neves registrou a gravidade da situação, mais preciso, e até contundente, do que Arraes. E denunciou a “ausência” do governo e o “total descontrole da máquina administrativa”. Cuidou, no entanto, de construir a plataforma de um futuro partido, de centro, conforme mandam as idéias que sempre professou e nunca escondeu, e de oposição. Sem frases feitas, Tancredo apontou um caminho possível para quem deseja transformações sem violências, sem um confronto cheio de riscos, talvez fatais, para todos aqueles que hoje habitam a cena política, e para o país e a nação. Outras idéias podem nascer em outras cabeças, idéias melhores do que as de Tancredo Neves. Tancredo, porém, está acordado, enquanto outros sonham.

Nota do Autor: “Padim Ciço” é como os nordestinos chamam o Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), dito “santo milagreiro” que viveu em Juazeiro, na Bahia. Neste texto, Mino Carta demonstra a inclinação pelas idéias de Tancredo Neves, muito mais “realistas” do que as defendidas por Miguel Arraes, o mais ferrenho defensor da frente única das correntes de oposição, e por Leonel Brizola, que desejava mobilizar as massas.

SÁBADO, 13 DE OUTUBRO DE 1979

Os concertos da lei urgente

RAYMUNDO FAORO

Em abril de 1977, tremeram as bases da República. A Revolução, com maiúscula ou minúscula, reclamava, sem que ninguém soubesse por que canais, a urgente reforma do Judiciário. Não era possível conviver mais um mês que fosse com a arcaica estrutura: por amor à eficiência e para abrir um atalho rápido, o presidente da República pôs o Congresso em recesso e editou a reforma constitucional. A espada de Alexandre, mais uma vez, cortou o nó górdio. Reformava-se a Justiça por meio da violência, sem atentar que o processo utilizado desfigurava tão alto objetivo. O ato presidencial - que compõe o famoso pacote de abril - desencadeou o mais enérgico protesto nacional, evidenciando a fadiga do país pelas outorgas arbitrárias. Não obstante, o presidente do Supremo Tribunal Federal expediu cauteloso, mas dispensável, telegrama de parabéns ao chefe do governo.

Uma necessidade tão premente em 1977, depois de atingidos outros fins envolvidos na reforma, perdeu subitamente a prioridade. Só dois anos depois é que foi regulamentado o texto constitucional, condição necessária para que atuasse a emenda de abril. A premente urgência, a urgência urgentíssima, suportou dois anos de delongas - tempo mais que necessário para elaboração de uma lei, que se suponha estudada nos mínimos detalhes. Finalmente em 14 de março de 1979, na véspera da renúncia do posto supremo, chegou ao Diário Oficial a obra saída da cabeça de Minerva. Agora, volvidos seis meses, retoca-se a obra perfeita e para quê? Praticamente para voltar às práticas de pré-abril, do pré-pacote, as medidas que os Estados, sem as luzes federais, haviam fixado. Voltam os Tribunais de Alçada a retomar sua extensa competência, congestionando-os novamente, enquanto se limitam os encargos dos desembargadores. Só os juízes daqueles órgãos podem ser onerados com excesso de trabalho, armado o Tribunal de Justiça com limites à sua atividade. Substancialmente, este é o objetivo do projeto de lei encaminhado esta semana ao Congresso Nacional, com a proposta de alteração da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979. Para tão pouco, bem que poderia ter sido poupada a crise institucional de 77, salvo que, a pretexto de uma reforma, só se pensasse em outra. Será absurda ou temerária a conjectura.

***Nota do Autor:** O “Pacote de Abril” foi uma das medidas mais arbitrárias tomadas pelo regime militar. Em abril de 1977, o presidente era o general Ernesto Geisel. No artigo, Raymundo Faoro, jurista e que, antes de colaborar no jornal, fora presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, era um dos mais respeitados em seu meio. Em seus textos, abordava os assuntos políticos da época analisando o aspecto jurídico, demonstrando apenas sua oposição ao regime, sem apoiar algum político de maneira específica.*

Além destes “Artigos de Fundo”, ainda havia os editoriais que figuravam nas primeiras páginas, seguindo um esquema parecido com o que Abramo implementou na *Folha de S. Paulo*. Colocar

vários textos de sociólogos, economistas e outros especialistas de diferentes correntes ideológicas era uma das intenções do *Jornal da República*, a fim de que os temas mais relevantes para a sociedade fossem colocados em debate. Nomes como os de Wilson Hilário Borges, Ruben César Keinert, Luís Roberto Serrano e Luiz Sérgio Henriques apareciam entre os editorialistas. Gabriel Cohn, Michel Debrun, Walnice Nogueira Galvão, entre muitos outros, eram colaboradores ocasionais daquelas primeiras páginas. Esses textos são considerados até hoje como um dos poucos atrativos que o jornal possuía. Afinal, não era fácil reunir tantas cabeças coroadas em uma publicação.

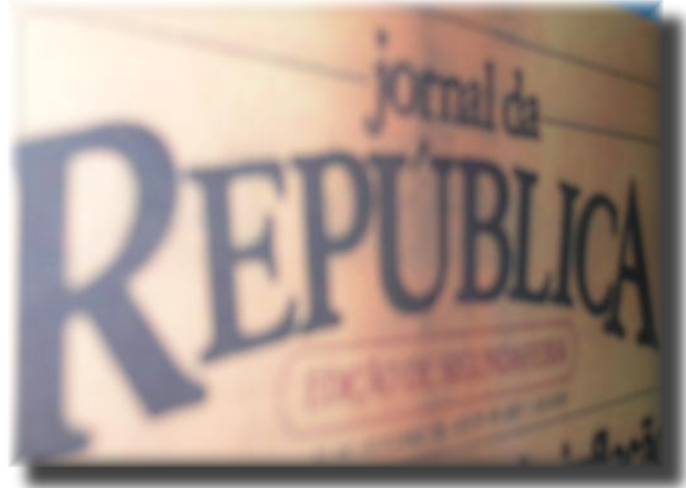
Contudo, nada conseguiria impedir o desastre que estava por vir.

REPÚBLICA

PARTE 3

Fracasso iminente

JONAS GONÇALVES



Início de novembro de 1979. Toda a reestruturação realizada após a saída de Domingo Alzugaray mostrou ser insuficiente para reverter a situação do jornal. O balanço financeiro mostrava que o fim era iminente. Mas ainda havia a última alternativa: vender o diário e abrir mão da tão propalada independência empresarial em relação aos grandes capitalistas. A dúvida era: se vender para quem?

PENSAMENTO DO DIA

“Se você tivesse me dito que o plano era esse, eu diria que não ia dar certo”.

(José Carlos Bardawil, editor de Política do *Jornal da República*, revelando a Mino Carta sua crítica à estratégia elaborada para o jornal)

Reunião de emergência

Não havia mais como evitar. Se o esquema administrativo concebido depois da saída de Domingo Alzugaray continuasse, o *Jornal da República* iria à falência. Aliás, não apenas o jornal, mas também a *IstoÉ*, uma revista que conseguia sobreviver, apesar das dificuldades criadas pelo problemático irmão diário. Em apenas dois meses de existência, ocorreu mais do que o desmoronamento de um sonho de Mino Carta. Um projeto de jornalismo, criado por aquele grupo de profissionais, havia se desmanchado. Por mais que se tentasse obter receitas a partir da venda de espaços publicitários, de exemplares em banca e de assinaturas, nenhum esquema conseguia alavancar o JR.

Se o primeiro mês acumulou um prejuízo de 40 milhões de cruzeiros, contando todo o investimento feito na estrutura mais o prejuízo com as vendas, o segundo mês mostrava um déficit ainda maior. Infelizmente, os números dos balanços foram perdidos, conforme o depoimento dado por Armando Salem para este livro. Ele lamentou que os registros não tenham sido guardados. Entretanto, é possível realizar uma estimativa. No início de outubro de 1979, o prejuízo estava em 40 milhões. Quando o jornal acabou, em janeiro de 1980, o saldo negativo estava em 100 milhões de cruzeiros. É possível projetar que, em novembro, o déficit girava em torno de 60 a 70 milhões de cruzeiros.

Mesmo com tal situação alarmante, foi decidido que o jornal continuaria. Porém, Mino finalmente concordou em vendê-lo para alguma empresa ou investidor interessado em sustentá-lo, conforme a sugestão dada por Armando Salem, Fernando Sandoval, Tão Gomes Pinto e Raymundo Faoro, os outros componentes do Conselho de Direção. O ideal seria se esse novo acionista se contentasse em ter uma participação minoritária, deixando o controle administrativo com a própria Encontro Editorial. Acreditava-se que, pagando as dívidas e realizando algum investimento para melhorar a impressão e a distribuição, o *Jornal da República* se reergueria. Além desse aspecto, era evidente que o projeto de se implementar uma cooperativa de jornalistas jamais se tornaria uma realidade, já que a empresa não tinha fôlego algum e aqueles jornalistas não tinham recursos para realizar investimentos daquele porte.

Se a perda da independência era inevitável, surgiu a pergunta: se vender para quem?

Desânimo e improvisos

Apesar da incerteza em relação ao futuro, o “baixo clero” da redação, formado por editores e repórteres, continuava a sua rotina diária de Sísifo*. O esquema de trabalho não tinha a burocracia das grandes empresas, com equipes de copidesques (redatores que ajeitavam os textos dos repórteres antes de serem encaminhados

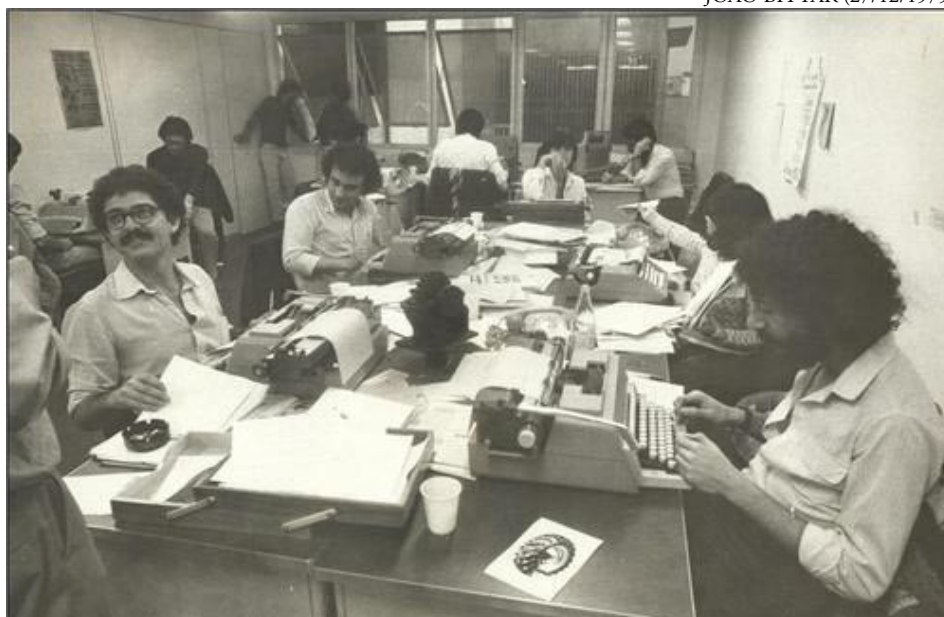
aos editores) e revisores, que checavam se as normas da Língua Portuguesa haviam sido respeitadas. Ao mesmo tempo em que essa liberdade de trabalho é enaltecida até os dias atuais como uma das vantagens de ter feito parte do Jornal da República, permitiu que erros fossem cometidos. Um deles, no dia 22 de setembro de 1979, apareceu na primeira página. Uma nota de rodapé anunciando uma matéria da seção Mundo teve um erro grave de português escrito no título: “Sua magestade Bokassa I perde o trono”. A palavra “magestade” se escreve com “j” e não com “g”. Em outra edição, o nome do repórter Antônio Carlos Fon saiu “Antônio Carros Fon”. Certamente, Fon foi alvo de brincadeiras, se é que alguém prestou atenção.

O imprevisto era outra marca registrada. Humberto Werneck conta duas histórias que demonstram a precariedade do jornal. A primeira ocorreu quando a editoria de Cultura, uma das que eram chefiadas por Werneck, resolveu fazer uma reportagem sobre a volta do uso da minissaia, febre nos anos 1960 quando foi inventada pela americana Mary Quant. Em 1979, ela foi resgatada. A informação chegou da mesma forma como o jornal sempre foi alimentado, ou seja, por meio de um telex de uma agência de notícias. A equipe do *Jornal da República* queria saber qual seria a reação do público nas ruas de São Paulo ao ver uma mulher desfilando de minissaia. A idéia era boa, mas não havia modelo e muito menos a minissaia. Werneck conta que a “modelo” foi uma amiga de Osmar Freitas Júnior, que puxou para cima uma saia comprida a fim de que suas pernas ficassem à mostra e daí viabilizar a reportagem.

Um outro episódio foi protagonizado por Tônico Duarte, que ironizava a própria condição como repórter de Esporte. “Tônico Duarte, o repórter esportivo que não vai ao estádio” era um de seus bordões, falados com voz de locutor de rádio. Segundo Werneck, “Duarte acompanhava os jogos pelo rádio e, de vez em quando, ia ver algum jogo como um clássico Corinthians x Palmeiras, por exemplo. O jornal não tinha meios, mas mesmo assim o Mino queria até mesmo a análise da atuação de cada jogador. Tudo era feito com base na cobertura esportiva realizada pelo rádio. Um exemplo era o registro de todos os resultados da rodada de um campeonato. Como o jornal não circulava aos domingos, ele não tinha como cobrir todos os jogos, mas pelo menos os resultados tinha que dar. Era o mínimo”.

**Nota do Autor: Sísifo encarnava na mitologia grega a astúcia e a rebeldia do homem frente aos desígnios divinos. Sua audácia, no entanto, motivou exemplar castigo final de Zeus, que o condenou a empurrar eternamente, ladeira acima, uma pedra que rolava de novo ao atingir o topo de uma colina, conforme se narra na Odisséia. Posteriormente, passaria pelo inferno de Hades. Sua punição final reafirma uma provável concepção grega do inferno como lugar onde se realizam trabalhos infrutíferos. A comparação com a figura do jornalista se dá principalmente quando este se esforça em vão, como era o caso daqueles que faziam parte da equipe do 'Jornal da República'.*

JOÃO BITTAR (27/12/1979)



Editoria de Cultura e Esporte. Da esquerda para direita, no sentido horário: Humberto Werneck, Tônico Duarte, Carmen Cagno, Dina Amêndola e Osmar Freitas Júnior.

Em dezembro, os jornalistas demonstravam esgotamento. E era cada vez mais evidente que o jornal não iria muito longe. Por conta disso, passaram a carregar um semblante mais desanimado. Em alguns momentos, tentavam evitar a discussão sobre os rumos do jornal e faziam brincadeiras uns com os outros. Em meio àquela rotina estressante, sempre houve espaço para brincadeiras. As mesas eram agrupadas conforme as editorias. Cada seção do jornal tinha o seu grupo. Mas pela proximidade entre eles, não havia como não compartilhar o que se vivia naquele andar apertado, frio e esfumaçado (a grande maioria tinha o hábito de fumar).

Mas, pelo menos para os fotógrafos, o trabalho continuava igual. Havia uma competição pela responsabilidade de ser o autor da foto que sairia na primeira página de uma edição. Luz Bittar relembra que “era uma equipe de quatro fotógrafos fixos inicialmente: Ricardo Giraldez, Solano José, Wagner Avancini e eu. Havia mais dois freelas: a Cristina Vilares e o Hamilton Vieira. Depois, outros freelas acabaram sendo contratados. O Hélio Campos Mello, que era um dos editores, ao lado do meu irmão, o João, nos dizia: ‘não quero saber o que acontece na frente da cortina. Quero saber o que acontece atrás da cortina’. Tínhamos de procurar fazer uma foto que ninguém fazia. Nem sempre conseguíamos, mas sempre tentávamos. Fazíamos fotos para todas as editorias. Não havia especialistas. Lógico que fazíamos mais política e economia por conta do fato de estarmos acostumados com o padrão da *IstoÉ*. Mas fazíamos tudo. Nós não nos preocupávamos tanto com a infra-estrutura ou com o salário. Queríamos fazer bons trabalhos. Todo mundo queria fazer a capa. Ocorria uma disputa sadia pela predominância

na hora de escolher a foto que sairia na primeira página. Trabalhávamos com satisfação, mesmo não tendo uma estrutura adequada”. Mas Bittar não escondeu que era necessário muito esforço e voluntarismo para superar as limitações do jornal. A improvisação era uma regra. Um exemplo ocorreu no dia 25 de dezembro de 1979, em pleno Natal, quando o *JR* chegou à centésima edição. Na entrevista que concedeu, o fotógrafo relembrou um episódio daquele momento que, em sua visão, foi marcante e mostrou como os que trabalhavam no jornal tinham um espírito de equipe. Naquele dia, não havia pautas muito interessantes. Parecia que nada iria acontecer por conta do feriado cristão. Porém, um enorme buraco na Marginal Pinheiros causou um tumulto no trânsito. Reunidos com Mino, os fotógrafos que estavam na redação na manhã daquele dia decidiram fazer uma foto aérea do buraco. O problema era saber quem iria fazer, já que muito provavelmente a foto seria capa. Democraticamente, discutiram o assunto sem a presença dos editores, João Bittar e Hélio Campos Mello. Por unanimidade, o escolhido foi Ricardo Giraldez, que nunca havia andado de helicóptero. Luz Bittar lembra que “o critério foi o fato de que o Ricardo nunca havia passado por aquela experiência, enquanto os outros já tinham feito fotos aéreas”.

A expectativa de Mino

Naquele final de ano, se o “baixo clero” demonstrava desânimo, o mesmo não se podia dizer de Mino Carta. Após quatro meses de tensão e ciclotimia, havia uma esperança: a salvação por meio de um novo investidor. Conversando com os irmãos Armando e Nelo Ferrentini, recebeu uma oferta para vender a Encontro Editorial para eles, os donos do *Diário Popular*.

Entre julho e agosto de 1979, o ainda *A República* procurava uma empresa que aceitasse imprimir e distribuir o jornal. Mino Carta procurou justamente o *Diário Popular*, dos irmãos Armando e Nelo Ferrentini e que também era administrado por Rodrigo Lisboa Soares, herdeiro da família controladora da publicação. Depois de algumas conversas, não se chegou a um acordo. O depois batizado *Jornal da República* foi parar nos Diários Associados, o que se tornaria um dos motivos do fracasso da publicação pela precariedade dos serviços da gráfica.

Em dezembro, a situação era outra. Agora, pouco importavam papel, tinta, bobinas, impressoras e caminhões de distribuição. Era preciso salvar a Encontro Editorial. E os Ferrentini foram procurados novamente. Mino se encarregou de conversar com eles. Não era apenas um chefe de redação. Era também empresário e tinha a responsabilidade de ser o acionista majoritário. Esse papel duplo o incomodava. Mino nunca escondeu sua antipatia pela figura de patrão. Naquele momento, mais do que em qualquer outro de sua carreira, era um deles.

Mas não seria o *Diário Popular* que resgataria a Encontro Editorial do fundo do poço. Eles não tinham o dinheiro suficiente para tal empreitada. Coube a um investidor solidário entrar em cena.

Um velho amigo traz a salvação

Em 1976, Manoel Nascimento trabalhava como publicitário na Denison como um dos contatos do Unibanco, um dos maiores clientes da agência. Conhecia Antonio De Franceschi, secretário de Fernando Moreira Salles, um dos filhos de Walther Moreira Salles, o fundador da instituição financeira.

Procurando uma alternativa de trabalho, Nascimento passava pela rua Padre João Manoel em frente a um casarão de portões abertos. Olhou e viu intensa movimentação no ambiente interno. Pensou tratar-se de algo interessante e entrou. Repentinamente, viu-se em meio a jornalistas apressados. Era a redação da revista *IstoÉ*. Sentou-se próximo a uma grande mesa central, ladeada por outras ocupadas por repórteres em um ritmo frenético, batendo à máquina de escrever e conversando sobre as matérias que estavam fazendo. Armando Salem lembrou o encontro com aquele estranho. O diálogo se deu de forma rápida entre os que ali estavam:

- É teu amigo?
- Não. É teu?
- Não, mas o que faz esse maluco aqui?
- Sei lá, mas ele é bom!

Dali por diante, Nascimento trabalhou com a equipe da *IstoÉ*. E também com a do *Jornal da República*, principalmente depois que Armando Salem assumiu o departamento comercial da empresa que editava as duas publicações. A Encontro Editorial enfrentava grandes dificuldades no final de 1979. Mas um telefonema do secretário de Fernando Moreira Salles, Antônio Fernando de Franceschi, animou Nascimento. O assessor do gerente da Brasil Warrant, divisão do Grupo Moreira Salles para negócios fora do setor financeiro, sondou Nascimento para saber se havia o interesse em vender a Encontro Editorial. Disse que Fernando Moreira Salles estava à par da situação, apreciava as publicações e, por isso, gostaria de ajudar. Encerrada a conversa, Manoel Nascimento conversou com Armando Salem e ambos foram até a sala de Mino Carta, no 11º andar. Contaram o ocorrido e Mino, surpreso, disse que desejava falar o quanto antes com De Franceschi. Conversaram por telefone e agendaram um almoço para o dia seguinte, pois Fernando Moreira Salles estava no Rio de Janeiro. Salem não poderia participar, pois tinha um encontro marcado com Delfim Netto. Salem viajou, a reunião ocorreu e as tratativas entre Mino Carta e Fernando Moreira Salles começaram. Se entenderam tão bem que não demoraram a sentir confiança um no outro.

Na entrevista que concedeu, Armando Salem contou que, ao encontrar Delfim, percebeu que o ministro do Planejamento estava pessimista.

- E aí Delfim, como vão as coisas?
- Está difícil Armando. Para vocês, a coisa está muito complicada.
- É verdade. Mas você sabe de alguma coisa?
- Eu sei de tudo.
- Sabe de alguma coisa que não sei?
- Sim. Eu sei que vocês estão tentando vender o jornal para o *Diário Popular*. Mas não se iluda. Eles só querem a *IstoÉ*.

- Não, mas o Mino está lá negociando com eles. Está tudo certo. Eles vão investir o necessário para pagar as dívidas e reerguer o jornal.

- Não Armando. Escute o que vou lhe dizer agora: esse negócio não vai dar certo.

- Como assim? Não vai dar certo por quê?

- Por que eu sei.

- Sabe o quê?

- Eu sei porque eles fizeram uma coisa que não gostei. Eles me pediram 200 milhões de cruzeiros a título de empréstimo. Sabe para quê? Para comprar o *Jornal da República* e a *IstoÉ*. E sabe o que vou fazer? Não vou dar o dinheiro a eles. Vocês que procurem outro comprador, porque eles não tem grana para bancar esse investimento.

A revelação foi estarrecedora para Salem. Ele não sabia que os sócios do *Diário Popular* não tinham recursos suficientes para comprar a Encontro Editorial. Era preciso avisar Mino Carta, que acreditava em um acerto com eles. Por telefone, revelou ao editor-chefe que não haveria possibilidade de acordo e transmitiu toda a história contada por Delfim.

- Salem, não se preocupe. Volte para cá pois já temos um comprador. É o Fernando Moreira Salles. Consegui conversar com ele e com o Antônio De Franceschi, secretário dele. Vamos continuar as tratativas para tentar chegar a um acordo.

Quando Salem voltou, descobriu que Mino já havia recebido uma equipe de assessores do Grupo Moreira Salles, que iniciou uma auditoria nas contas da empresa. Além disso, um outro almoço estava marcado. Depois daqueles, aconteceram outros vários também em janeiro de 1980. Eles reuniram na cozinha do Hotel Ca d'Oro, além de Mino e Salem, Antônio De Franceschi e seu patrão, o salvador: Fernando Moreira Salles.

O “vão” de Nirlando e o porre

Enquanto o destino do jornal era negociado, Nirlando se preparava para viajar. Iria acompanhar Paulo Maluf, o governador de São Paulo, em uma viagem que começaria em Roma, na Itália, e passaria pelo Oriente Médio. Na entrevista para este livro, Nirlando conta que estava tudo certo até pouco tempo antes, quando disseram para ele desistir da viagem. Não seria possível bancar as despesas. O revêillon de Nirlando, a bordo de um Concorde da Air France, não aconteceria. E, para piorar, ficou sabendo que o jornal realmente fecharia se não houvesse um acerto com o *Diário Popular*. Chegou a contar isso, em caráter sigiloso, para Humberto Werneck que, logo em seguida, resolveu perguntar para um membro do departamento comercial qual era a situação do *JR*.

- Quanto é que o jornal está vendendo?

- Quatro mil por dia.

Foi a deixa para que, poucos dias depois, a comemoração pela chegada de Ano Novo se transformasse em um porre histórico que reuniu Werneck, Nirlando e alguns outros agregados. Era a certeza do fim.

PARTE 4 Hibernação eterna

WAGNER AVANCINI (21/01/1980)



A última reunião do *Jornal da República*: à direita, fazendo o discurso de despedida, está Mino Carta.

Estava tudo certo para a salvação do *Jornal da República* e da própria empresa que o publicava, a Encontro Editorial. Mas o caminho seguido pelo novo dono, Fernando Moreira Salles, foi bem diferente do esperado. A promessa de uma “suspensão temporária” para o jornal não foi cumprida. Seria uma hibernação eterna.

PENSAMENTO DO DIA

“Por enquanto, guardem as garrafas de champagne na geladeira”.

(Mino Carta, demonstrando otimismo em relação ao acerto com um misterioso comprador)

Fio de esperança

Terça-feira, 1º de janeiro de 1980. Volta ao trabalho após a ressaca das festas de final de ano. A incerteza quanto ao futuro do jornal pairava no ar. Entretanto, alguns já sabiam o que iria acontecer, inevitavelmente: o jornal seria vendido. Uns poucos sabiam quem era um sério candidato a comprador. Outros apenas aguardavam o anúncio oficial.

Uma semana depois, no dia 8, foi inaugurado aquele que seria um dos últimos pontos de encontro dos jornalistas que ali trabalhavam: o restaurante Spazio Pirandello, na (ver endereço no depoimento de Humberto Werneck). Era um empreendimento idealizado e comandado pelo famoso chef Antônio Maschio. Na inauguração, muitos dos profissionais do *JR* estavam presentes. Maschio demonstrava otimismo. Um restaurante italiano de porte respeitável era um alento naqueles tempos em que se estava fazendo um balanço negativo do ano anterior, 1979, para o Brasil e também para o jornalismo. Na opinião de Humberto Werneck, “foi o ano em que tudo acabou”. Na entrevista que concedeu para este livro, fez questão de fazer um contraponto a “1968, o ano que não terminou”, título de um livro de Zuenir Ventura (Editora Nova Fronteira, 1988).

Já para Mino Carta, só havia motivos para comemorar. O ano de 1979 foi duríssimo para ele, especialmente o segundo semestre. Entre os meses de agosto e dezembro, buscou uma solução improvável para a sua criação mais problemática. O *Jornal da República* enfrentou todas as instabilidades imagináveis para uma publicação, mas atravessou a passagem de ano e havia garantido a sua sobrevivência. No acordo realizado com Fernando Moreira Salles, a Encontro Editorial mudaria de nome e se desligaria de vez de sua “mãe”, a Editora Três. Passaria a se chamar Caminho Editorial. As dívidas contraídas pelo jornal seriam pagas integralmente pela Brasil Warrant, empresa de Salles. De acordo com Mino Carta, o acerto final foi realizado na noite de 11 de janeiro de 1980. Porém, ele ainda não era conhecido pela redação do jornal, mas apenas por Mino e Armando Salem.

A expectativa em torno do acordo era grande. A redação apenas ouvira falar de um possível novo investidor. Os que ainda não haviam saído apenas aguardavam. O cansaço de todos era evidente, pois haviam suportado durante cinco meses uma série de limitações de ordem logística, operacional e editorial. Não puderam dispor dos recursos que tinham em outras empresas. Tudo era complicado, da reunião de pauta até o fechamento. Eram dias e noites de trabalho intenso para fechar sucessivas edições. Mas, naquele momento, havia a certeza de que o jornal continuaria. Mino chegou a dizer, em uma reunião na redação, que era para todos “guardarem as garrafas de champagne na geladeira...” (confirmar), conforme relembrou Humberto Werneck, vinte e cinco anos depois. Outro que guarda na memória com clareza aquele período é Roberto Pompeu de Toledo. Ele de

clarou que “semanas antes do fim tinha surgido um salvador. O Mino não dizia quem era, mas uma vez me mostrou um papelucho com um nome, ‘Fernando’, e um telefone. Ele me disse que esse era o salvador. ‘Quem é Fernando?’, me provocou ele. Eu arrisquei ‘Fernando Nabuco’, então presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, que era amigo do Armando Salem e do Fernando Sandoval. Errei. Vim a saber, quando chegou o momento de a coisa ficar pública, que era o Fernando Moreira Salles. Fernando comprou a empresa e lhe deu condições de sobrevivência”.

O encontro decisivo

Armando Salem se recorda, em detalhes, do encontro decisivo que selou o fim da Encontro e o início da Caminho Editorial.

“A reunião foi no apartamento do Fernando Moreira Salles, no Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, com uma vista belíssima para a Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar, a Praia Vermelha e o Iate Clube. Não fomos nós que pedimos o encontro. Fechamos o negócio na noite de sexta-feira, 11 de janeiro de 1980, no apartamento do Antonio Fernando De Franceschi e, ao final do encontro, o Fernando Moreira Salles convidou Mino e eu para irmos com ele e o De Franceschi, na manhã do dia seguinte, sábado, ao Rio. Ele, Fernando, queria comunicar ao pai o fechamento do negócio. Fomos nós quatro, Fernando, Franceschi, Mino e eu, em um jato Citation, do Grupo Moreira Salles.

Lá no apartamento, estavam somente o embaixador Walther Moreira Salles e o filho, Walter Salles Jr. Fomos recebidos por ambos. A certa altura o Fernando, o pai e o Waltinho saíram da sala onde nos encontrávamos e foram ter uma conversa a sós. Nela, o Fernando contou ao pai e ao irmão o negócio que havia sido fechado. Ao retornarem à sala, o embaixador à frente, saudou a negociação e nos comunicou:

- Estou muito feliz. O *Jornal da República* irá hibernar, vamos concentrar nossos esforços na *IstoÉ*. Vamos recuperar a empresa e, um dia, o jornal voltará a circular. Ele será resgatado no tempo.

Esta é a história. O encontro durou uma hora ou uma hora e meia, depois descemos todos juntos, o embaixador entrou em uma Parati prata do Waltinho, que estava coberta de adesivos pela Anistia ampla, geral e irrestrita, e partiram. Nós entramos em um carro do Unibanco que estava a nossa espera, voltamos para o Aeroporto Santos Dumont, embarcamos no Citation e voltamos os quatro [Fernando, Franceschi, Mino e Salem] para São Paulo”.

A promessa do embaixador Walter Moreira Salles acabaria sendo um epitáfio bem apropriado para o jornal, que nunca seria resgatado em tempo algum. E a ironia é endossada por uma piada que logo surgiu: Um dia, Fernando Moreira Salles estava saindo de casa quando o seu pai o chamou. “Filho, compra a *IstoÉ* para mim?”, pediu.

Fernando levou o pedido do pai ao pé-da-letra.

A mudança que precipitou o fim

A auditoria da Brasil Warrant foi clara: não havia como salvar o Jornal da República da falência. Ele era irrecuperável. Os prejuízos totalizavam 100 milhões de cruzeiros (cerca de 2 milhões de dólares na época). A IstoÉ também sofreu com a instabilidade. Não usufruía do próprio lucro havia cinco meses. Não tinha mais como sustentar o irmão diário. A recomendação dada a Fernando Moreira Salles foi a de investir apenas na revista. O jornal nem deveria ser suspenso, mas sim extinto.

A mudança em relação ao acerto final feito com Mino Carta e Armando Salem confirmou o que alguns temiam: o jornal jamais voltaria a circular. E isso foi comunicado a Carta e Salem em uma reunião pelo próprio Fernando Moreira Salles. Nessa reunião, Salem reagiu mal ao saber que a Brasil Warrant teria 51% e ele e Mino 49%, perdendo o controle majoritário da empresa. Para impedir uma gafe, Mino chutou uma canela de Salem debaixo da mesa. Depois do encontro, Mino disse para Salem:

- Eles pagam toda a dívida e nós ainda ficamos com 49%. Isso é muito mais do que poderíamos querer.

Salem compreendeu a situação e não ensaiou mais nenhum impedimento ao controle de Fernando Moreira Salles.

A comemoração pelo acerto não durou muito. O champagne das garrafas guardadas dias antes azedou de vez. E os ânimos, que haviam sido fugazmente reacendidos, apagaram definitivamente. Muitos sentiram tristeza, outros raiva. O sonho havia chegado ao final. Mino comunicou a inevitabilidade da morte do jornal apenas uma semana antes do último dia de trabalho, 21 de janeiro de 1980.

Mino sentiu duramente o golpe. Sua luta havia sido em vão. Primeiro, havia perdido o controle da empresa que fundara com muito trabalho e poucos recursos. A Encontro Editorial representava um empreendimento que havia dado certo mesmo sem muito dinheiro. Mas a jogada do jornal foi um erro. Sob qualquer ponto de vista era inviável. Mas era um sonho. E sonhos não precisam ser viáveis. Eles precisam acontecer, mesmo que o preço que se pague seja muito alto. Em valores da época, a dívida do jornal chegou a 100 milhões de cruzeiros (cerca de 2 milhões de dólares na época).

Números mortais

Não há nada mais frustrante para qualquer profissional do que trabalhar em uma empresa sem saber se ela terá um futuro. E o *Jornal da República* era o exemplo perfeito de um negócio moribundo. José Carlos Bardawil chamou as últimas edições de “números mortais”. Aliás, essa era a

expressão utilizada por todos, já que o jornal morreria mesmo. A tiragem era simbólica nos últimos dias: três mil exemplares. Não havia dinheiro nem mesmo para pagar o papel. O dinheiro de Fernando Moreira Salles não chegaria para cobrir esses custos. Então, apenas cumpriu-se o expediente naqueles longos e enfadonhos dias de janeiro de 1980.

Uma história que ilustra bem aqueles últimos momentos foi relatada por José Carlos Bardawil. Nas suas palavras, ele foi vítima de uma “sacanagem monumental”. Na primeira semana de janeiro, Bardawil recebeu um telex da Agência JB (do *Jornal do Brasil*). Estava escrito naquele papel que o deputado federal Ulysses Guimarães (MDB-SP) havia sofrido um ataque cardíaco. Levado às pressas para o hospital, não resistiu e morreu no trajeto.

Bardawil levou um susto. Ulysses era um dos principais políticos do País. Era necessário fazer um especial sobre o falecimento, escrevendo uma retrospectiva de sua trajetória política. Começou a se movimentar, chamando quem estivesse perto para ajudá-lo. Todos fingiram colaborar, pois sabiam que aquilo era uma brincadeira feita pela sucursal de Brasília do jornal e da *IstoÉ*. O telex foi enviado com a marca da Agência JB para dar veracidade à notícia. Bardawil acreditou e chegou até a falar com Mino Carta, que não resistiu e contou a verdade. Todos caíram na gargalhada. Menos o editor de Política, que ficou injuriado. Mostrou uma profunda indignação e voltou para a sua mesa. Não quis conversa com ninguém por algum tempo.

Porém, dias depois, um político realmente morreu. O ministro da Justiça do governo Figueiredo, Petrônio Portella, a principal fonte de Bardawil durante anos, faleceu. Coincidentemente, também de um ataque cardíaco, semelhante à história inventada para Ulysses Guimarães. Um telex chegou para Bardawil na redação do *Jornal da República*. Escaldado, simplesmente rejeitou o telex, dando risada da nova tentativa de tentar enganá-lo.

Mas era verdade. Petrônio Portella morreu no dia 6 de janeiro de 1980, aos 54 anos. Prefeito de Teresina, governador do Piauí e senador, foi escolhido por João Baptista Figueiredo para ser o ministro da Justiça. Redator da Lei de Anistia, era uma das figuras mais conhecidas do cenário político brasileiro. A sucursal de Brasília do jornal chegou a enviar uma matéria para que Bardawil editasse. Mais uma vez, ele jogou fora, pensando tratar-se de outra brincadeira.

Na tarde daquele dia, Mino perguntou a Bardawil:

- Como é Bardawil? E o negócio do Petrônio?
- Que negócio do Petrônio? Isso é gozação.
- Não é gozação, Bardawil.
- Claro que é. Não me enche o saco!

Bardawil lembrou aquele momento no livro *O repórter e o poder*: “Virei as costas e todo o pessoal teve de ir lá falar comigo, dizer que era verdade. Eu digo, vou fazer um teste. Peguei o telefone, liguei para minha mulher e disse: veja aí se a televisão está falando da morte do Petrônio. Porque, para culminar, o jornal só tinha uma televisão. E quando eu fui ver televisão, que ficava na sala do Mino, não tinha nada passando. Mas minha mulher confirmou: “Não, realmente o homem morreu. Tá aqui na televisão...”. Então eu digo: Ih, rapaz. Isso já eram quatro horas da tarde. Em três horas, eu produzi um material que considero fantástico sobre a morte do Petrônio. Foi tudo de cabeça. Eu conhecia tudo sobre o Petrônio. Fiz um puta perfil dele e

depois fiz uma memória: a participação dele no fim do AI-5, todas essas coisas. Esse número até hoje, se não me engano, tenho guardado em casa. Foi um dos últimos números que o jornal publicou. As pessoas não tinham nem vontade de trabalhar”.

O último fechamento

Depois de exatos vinte dias de fase terminal, o *Jornal da República* foi feito pela última vez. Trabalhou-se burocraticamente. Ninguém arriscava uma piada, alguns poucos conversavam em pequenas rodinhas. Outros procuravam emprego. Naqueles últimos tempos, era comum a circulação de uma lista de demissões, além do voluntarismo de alguns, que se antecipavam à degola e já saíam espontaneamente. As cabeças que não rolaram, como as de José Carlos Bardawil e Humberto Werneck, cumpriram seus respectivos papéis. Werneck, inclusive, se recorda de ter sido o responsável pelo fechamento da página 16, a última daquela edição e, ao mesmo tempo, a derradeira do jornal. Por ironia do destino, ela trazia uma matéria falando da vinda de Frank Sinatra ao Brasil. O show que ele acabaria fazendo no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, para um público recorde de 140 mil pessoas, jamais seria noticiado pelo *República*. Aguardado com ansiedade, Sinatra já tinha a sua ida ao Brasil anunciada desde 15 de outubro de 1979, quando a sua vinda foi notícia de primeira página no *Jornal da República*, escrita por Osmar Freitas Júnior, intitulada “Verdade, Frank Sinatra vem ao Brasil”. Quando Frank finalmente veio, o jornal acabou. Na primeira página da última edição, uma foto de Sinatra e a manchete “Enfim, Frank Sinatra no Brasil”.

Depois que acabou

Após o fechamento da última edição, Mino reuniu, por volta das 22h, todos os que ali ainda permaneciam para fazer um discurso de despedida. Após escrever o editorial “Encerra-se apenas uma etapa”, no qual valoriza o trabalho realizado e ainda promete um retorno do jornal no futuro, fez um discurso de 35 minutos, ressaltando o valor daquela iniciativa e agradecendo a todos. Naquele momento, todos já estavam exaustos. Alguns até dormiram, outros prestaram muita atenção, mas sem saber o que dizer. Apenas ouviam o patrão dizendo que a experiência tinha sido gratificante. Mas, para muitos, foi um completo desastre.

Depois das despedidas, Mino foi até a sua sala e, mais uma vez, encerrou com apenas uma palavra outra etapa de sua vida profissional:

- Acabou.

Chorou durante cerca de cinco minutos, sentado e olhando a minúscula redação, que se movimentava. Alguns foram se despedir dele, outros foram para o bar Quincas Borba, na rua Henrique Schaumann, para tomar um porre histórico e esquecer aquele período. Nirlando Beirão trouxe o último exemplar para que o repórter Ricardo Carvalho lesse o último “Artigo de Fundo” para todos os presentes, tentando motivá-los. Humberto Werneck, como que para dar um ponto final a esta história, sentenciou:

- Patético.

CONCLUSÃO

Para evitar o esquecimento

JONAS GONÇALVES

Deixei para esta conclusão uma história sobre as origens do livro. No dia 27 de agosto de 2004, exatamente 25 anos depois do lançamento do Jornal da República, prestigiava o lançamento do livro de Vera Lúcia Rodrigues (*Dependência ou morte – A questão da independência na imprensa: o caso República*). E foi ali, no Conjunto Nacional, localizado na Avenida Paulista, em São Paulo, que conheci Mino Carta.

Fui apresentado a ele por Dilico Covizzi, alguém que tem um papel importante na história da Editora Três e da antiga Encontro Editorial. Covizzi está na Três até hoje, como chefe do arquivo da editora. Viu, como poucos, a movimentação em torno da IstoÉ e do Jornal da República naquela inesquecível segunda metade dos anos 1970. O conheci no dia 10 de agosto de 2004, quando visitei a Três pela primeira vez. Devo a ele a permissão para pesquisar os exemplares originais do jornal.

Conversando com Mino, percebi a sua veia irônica. Acompanhei o seu passeio pelas reproduções de algumas primeiras páginas do jornal. Era uma exposição realizada para promover o lançamento do livro de Vera Lúcia. Eram mais do que recortes de uma publicação. Eram trechos de uma carreira e de uma vida dedicada ao jornalismo. Ouvi os seus comentários dizendo que ter feito o jornal foi um erro. E também vi o quanto seu olhar se tornava distante em alguns breves momentos. Parecia relembrar. E eu estava ali, apenas acompanhando o que, para alguns, seriam apenas as lembranças de um veterano jornalista sobre um jornal antigo.

Aquele olhar era o que faltava para que eu buscasse, a todo custo, evitar o esquecimento deste jornal. E também dar um sinal a outros para que tomem a iniciativa de resgatar a história do jornalismo brasileiro. Vale a pena. Os jornalistas precisam conhecer uns aos outros. Ao mesmo tempo, sempre é interessante saber porque um jornal se consolidou, porque outro não vingou e também ter conhecimento sobre os personagens que movimentam a engrenagem. Do editor-chefe ao mais humilde redator, todos são importantes. Também quis mostrar isto com este livro. Ninguém pode chamar para si os holofotes da História. Os verdadeiros sábios são aqueles que se deixam consagrar e, humildemente, recusam tal papel. Preferem dizer que apenas tentaram fazer a parte deles. Alguns conseguiram. Outros nem tanto. Mas a tentativa deve ser valorizada.

Mino Carta está na ativa e ainda luta para transmitir uma linha de reflexão clara, concisa e precisa sobre a realidade brasileira. Dia após dia, ele se faz necessário. Vale a pena acompanhá-lo semanalmente em *CartaCapital* e também é preciso questionar: até onde vamos com o jornalismo que se pratica atualmente, sem compromissos com a própria história da profissão e sem apego a verdadeiros princípios de conduta? Até quando as inflexíveis normas do mercado vão influenciar no trabalho realizado?

Ao contrário do que muitos defendem, insisto em dizer: vale a pena fazer uma faculdade de jornalismo. É necessário conhecer a profissão por meio de um processo acadêmico, para o bem e para o mal, com ou sem dificuldades. Espero sinceramente que, além de ter realizado as intenções apontadas na introdução, este trabalho tenha contribuído para entender um pouco melhor o que é o jornalismo. E também para mostrar que, ao me submeter a quatro anos de graduação, aprendi a enxergar, com uma visão um pouco menos turva por preconceitos, a realidade que nos cerca. E também passei a saber que, para nós, é importante conservar ao menos um pouco daquele espírito que moveu os jornalistas do *Jornal da República*.

Veja, a partir da próxima página, perfis de alguns dos envolvidos na história do jornal, fotos e outras informações na seção “Anexos”.

Obrigado, leitor.